BANCO INTERATLÂNTICO

# Relatório e Contas 2013

MAIO DE 2014

Banco Interatlântico
Grupo Caixa Geral de Depósitos

Distinga-se!

# Índice


Órgãos Sociais 3
Accionistas 4
Rede Comercial e Direcções 5
Principais Indicadores 7
Mensagem do Presidente 8
Enquadramento Macroeconómico
- Economia internacional 11
- Economia Cabo-verdiana
  - Evolução Global 13
  - Política e Situação Monetária 14
  - Sector financeiro 15
  - Perspectivas para 2014 19

Síntese da Actividade
- Posição no Sistema Bancário 22
- Actividade Comercial
  - Recursos 24
  - Crédito à Clientes 26
  - Qualidade da Carteira de Crédito 29
  - Operações de Mercado de Capitais 32
  - Carteira de Investimento e Negociação 33
  - Promoção e Marketing 34

Recursos Humanos 37
Responsabilidade Social 43
Análise da Situação Económico-financeira
- Evolução do Balanço 44
- Demonstração de Resultados 50
- Rácios Prudenciais 55

Eventos Subsequentes 57
Proposta de Distribuição de Resultado 58
Considerações finais 59
Anexos 61

# Órgãos Sociais

## Mesa da Assembleia-geral

| | |
|---|---|
| Presidente | David Hopffer Almada |
| Secretário | Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado |
| Secretário | Salomão Jorge Barbosa Ribeiro |

## Conselho de Administração

| | |
|---|---|
| Presidente | Jorge Fernando Gonçalves Alves |
| Vice-Presidente | Teófilo Figueiredo Almeida Silva |
| Vogal | António Carlos Moreira Semedo |
| Vogal | Manuel Fernando Monteiro Pinto |
| Vogal | Luís de Carvalho Machado |

## Comissão Executiva

| | |
|---|---|
| Presidente | Jorge Fernando Gonçalves Alves |
| Vogal | António Carlos Moreira Semedo |
| Vogal | Manuel Fernando Monteiro Pinto |

## Conselho Fiscal

| | |
|---|---|
| Presidente | João Manuel Barata da Silva |
| Vogais | João Higino Rosário Silva |
| Vogais | José Carlos Ramos Cunha |
| Vogal Suplente | José Carlos Vitória Soulé |
| Vogal Suplente | Fernando Manuel Nunes Lourenço |

# Accionistas

Na estrutura acionista do Banco, 70% corresponde à participação da Caixa Geral Depósitos, e o restante (30%) pertencente aos acionistas nacionais. A distribuição do capital social, em 31 de Dezembro de 2013, era a seguinte:

| Nome do Accionista | Nº Acções | CVE | % de Capital |
|---|---|---|---|
| CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA | 70.000 | 700.000.000 | 70,00% |
| EMPREITEL FIGUEIREDO, SA | 11.687 | 116.870.000 | 11,69% |
| ADEGA, SA | 6.428 | 64.280.000 | 6,43% |
| SITA, SA | 5.447 | 54.470.000 | 5,45% |
| PEDRO JOSÉ SAPINHO RODRIGUES PIRES | 1.741 | 17.410.000 | 1,74% |
| DAVID HOPFFER ALMADA | 1.364 | 13.640.000 | 1,36% |
| TERESA JESUS TEIXEIRA B.AMADO | 882 | 8.820.000 | 0,88% |
| FRANCISCO BARBOSA AMADO | 839 | 8.390.000 | 0,84% |
| RACAN, Lda. | 773 | 7.730.000 | 0,77% |
| JOÃO HIGINO ROSÁRIO SILVA | 452 | 4.520.000 | 0,45% |
| MÁRIO JORGE MENEZES | 387 | 3.870.000 | 0,39% |
| | **100.000** | **1.000.000.000** | **100,00%** |

# Rede Comercial e Direcções

| Área | Responsável |
|---|---|
| **Direção Comercial (DCM)** | Ana Paula Vaz<br>Diretora |
| **Gabinete de Empresas (GEM)** | Ângela Lopes<br>Coordenadora |
| **Gabinete de Particulares (GPA)** | Ana Paula Vaz |
| **Agência Sede** | Ludmila Ribeiro<br>Gerente<br>Micas Prazeres<br>Subgerente |
| **Agência ASA** | Dulcelinda Baptista<br>Gerente<br>Maria José Brandão<br>Subgerente |
| **Agência Plateau** | José Mário Tavares<br>Gerente<br>Inês Fernandes<br>Subgerente |
| **Agência Achada Grande Frente** | José Mário Tavares<br>Gerente<br>Joanita Salomão<br>Subgerente |
| **Agência Assomada** | Ana Paula Vaz |
| **Agência São Vicente** | Gracinda Nascimento<br>Gerente<br>Leotino Neves<br>Subgerente |
| **Agência Espargos** | Maria Albertina Fortes<br>Gerente<br>Graciett Ramos<br>Subgerente |

# Rede Comercial e Direcções

**(Continuação)**

| Área | Responsável |
|---|---|
| **Agência Santa Maria** | Carla Brito<br>Gerente |
| **Agência Boa Vista** | Maria Pinto<br>Gerente |
| **Direcção Suporte Operacional (DSO)** | Ana Cruz<br>Diretora |
| **Gabinete de Tecnologia e Organização (GTO)** | Paulo Monteiro<br>Coordenador |
| **Gabinete de Mercados Financeiros (GMF)** | Deisy Bernardino<br>Coordenadora |
| **Gabinete de Apoio ao Negócio (GAN)** | |
| **Gabinete de Gestão de Risco (GGR)** | Alberto Jesus |
| **Gabinete de Contabilidade e Planeamento (GCP)** | Maria Idalsisa Martins<br>Coordenadora |
| **Gabinete de Marketing (GMK)** | Ana Cristina Rodrigues<br>Coordenadora |
| **Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC)** | Carla Sofia Mota<br>Chefe de Sector |
| **Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)** | Carlos Gonçalves<br>Coordenador |
| **Gabinete de Recursos Humanos (GRH)** | Christine Rodrigues<br>Subchefe Administrativo |
| **Gabinete de Auditoria Interna (GAI)** | Osvaldina Martins<br>Chefe de Sector |
| **Gabinete de Apoio Logístico (GAL)** | Pedro Gomes<br>Chefe de Sector |

# Principais Indicadores

| Indicadores em 31 de Dezembro | 2012 | 2013 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Mil CVE |
| **INDICADORES DO BALANÇO** | | | | |
| Activo Líquido | 18.367.742 | 19.793.073 | 1.425.331 | 7,76% |
| Disponibilidades | 1.758.436 | 745.547 | -1.012.889 | -57,60% |
| Títulos da Dívida Pública | 1.485.375 | 1.397.776 | -87.599 | -5,90% |
| Crédito a clientes Líquido | 13.067.794 | 12.913.620 | -154.173 | -1,18% |
| Crédito a clientes Bruto (Excluindo Juros e Comissões) | 14.386.023 | 14.362.711 | -23.312 | -0,16% |
| Crédito e juros vencidos | 2.164.896 | 3.222.164 | 1.057.269 | 48,84% |
| Imparidade créditos clientes | 1.259.101 | 1.388.503 | 129.402 | 10,28% |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 15.772.730 | 17.156.377 | 1.383.647 | 8,77% |
| Depositos dos Clientes | 14.213.822 | 16.274.499 | 2.060.677 | 14,50% |
| Capitais Próprios | 1.642.535 | 1.718.669 | 76.135 | 4,64% |
| **INDICADORES DE EXPLORAÇÃO** | | | | |
| Produto Bancário | 900.193 | 805.340 | -94.853 | -10,54% |
| Resultado Antes de Impostos | 134.523 | 83.478 | -51.044 | -37,94% |
| Resultado Liquido | 124.541 | 73.496 | -51.044 | -40,99% |
| **OUTROS INDICADORES** | | | | |
| Rentabilidade | | | | |
| Resultado Liquido /Activo Médio | 0,69% | 0,39% | | -0,30% |
| Resultado Liquido /Capitais Próprios Médio | 7,78% | 4,37% | | -3,41% |
| **Solvabilidade e Transformação** | | | | |
| Capitais Próprios/ Activos | 8,94% | 8,68% | | -0,26% |
| Rácio de Transformação (Crédito Bruto/Recursos dos Clientes) | 91,21% | 83,72% | | -7,49% |
| Rácio de Solvabilidade (Critério BCV) | 14,36% | 12,56% | | -1,81% |
| **Qualidade dos Activos** | | | | |
| Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto | 15,05% | 22,43% | | 7,39% |
| Qualidade do crédito BCV ( Circular Série "A " nº 150/DSE/2009) | 8,12% | 13,86% | | 5,75% |
| Imparidade do Credito /Crédito Líquido | 9,64% | 10,75% | | 1,12% |
| Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos | 58,16% | 43,09% | | -15,07% |
| **Produtividade e Eficiência** | | | | |
| Margem Complementar/Produto Bancário | 25,35% | 27,22% | | 1,87% |
| Custos Estrutura/Produto Bancário | 58,35% | 65,85% | | 7,50% |
| (Crédito+Depósitos)/nº Empregados | 257.505 | 261.478 | 3.974 | 1,54% |
| Nº de Empregados | 112 | 115 | 3 | 2,68% |
| Nº de Agências | 9 | 9 | 0 | 0,00% |
| Empregado por Agência | 12,4 | 12,8 | 0,3 | 2,679% |
| (Créditos+Depósitos)/nº Agências | 3.204.503 | 3.341.111 | 136.608 | 4,26% |

# Mensagem do Presidente

O exercicio de 2013 foi, seguramente, um dos mais dificies para o sector bancário nacional, em consequencia do agravamento dos efeitos da crise financeira internacional.

Neste período assistiu-se à degração generalizada dos indicadores económicos e financeiros dos principais parceiros de Cabo Verde, assim como da confiança dos investidores, com efeito negativo na actividade económica e, consequentemente, na actividade bancária.

Os dados da economia caboverdiana apontam para uma desaceleração do crescimento da actividade económica, assim como da inflação, em 2013.

Não obstante as alterações verificadas em termos do enquadramento macroeconomico, o Banco de Cabo Verde reorientou os leilões dos títulos próprios em função das taxas propostas pelos bancos posteriormente, baixou a taxa de remuneração das facilidades permanentes de depósito, de 3,25% para um 1%, e reduziu, para metade, a meta de esterilização da liquidez do sistema bancário, com consequente impacto na margem financeira dos bancos comerciais.

O desempenho do Banco Interatlântico no ano 2013 sofreu com os efeitos da crise, apesar de ter registado ganhos assinaláveis em algumas áreas da actividade comercial, onde se destaca o crescimento verificado a nível da captação de recursos.

No final de 2013, o total do activo do Banco atingiu 19.793.073 contos, evidenciando um crescimento de 7,76% em relação a 2012.

O crédito bruto (incluindo títulos da dívida pública excluindo juros corridos e comissões associadas) registou uma variação negativa de 112.778 contos (-0,71%),

situando-se em 15.739.185 contos, enquanto que os recursos de clientes conheceram um incremento de +8,77%, ascendendo a 17.156.377 contos.

No segmento de particulares, o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 1.056.426 contos, (+13,01%) face a dezembro de 2012. De realçar aqui o crescimento dos recursos dos emigrantes que cresceram 428.368 contos (+14,60%) face ao mesmo período.

No segmento de empresas, assistiu-se a um crescimento de 304.651 contos (+4,08%) face ao mesmo período do ano homólogo.

Em resultado da situação económica, o saldo do crédito vencido atingiu no final de 2013 o valor 3.222.164 contos (2.164.896 contos em Dezembro de 2012), tendo aumentado 48,84% relativamente a 2012, resultado da deterioração que se tem vindo a assistir na situação económica e financeira das empresas nacionais, refletindo-se nos indicadores de qualidade de crédito, com o rácio de crédito vencido total a fixar-se em 22,43% no final de 2013 (15,05% em dezembro de 2012).

O indicador de qualidade do crédito, calculados de acordo com Circular Série A nº 150/DSE/2009, de 28/Dez/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 13,86% em 2013, contra 8,12% em 2012, e o grau de cobertura do crédito vencido pela imparidade situou-se em 43,09% em 31 de dezembro de 2013, comparando com 58,16% em igual periodo do ano anterior.

A margem financeira no exercício findo situou-se em 586.127 contos, evidenciando uma diminuição de 85.830 contos (-12,77%) relativamente a dezembro de 2012. Esta evolução resultou do agravamento das condições de intermediação bancária, do aumento do crédito vencido e da diminuição da carteira de crédito não representados por valores mobiliarios, titulos dívida pública e obrigações emitidas pelas empresas nacionais.

Quanto à margem complementar, esta totalizou 219.213 contos, registando um decréscimo de 9.022 contos (-3,95%) comparando com o período homólogo, realçando-se o decréscimo verificado nos dividendos recebidos e nos rendimentos dos outros serviços prestados na sequência da decisão do BCV sobre isenções obrigatórias de comissionamentos a clientes que contribuiu também para tal resultado.

A imparidade do crédito líquido de reversões situou-se em 196.923 contos, representando um decréscimo de 51.435 contos (-20,71%) face ao ano anterior.

O Banco encerrou o exercício de 2013 com um rácio de solvabilidade de 12,56%, superior ao mínimo legal exigido.

Segundo o relatório de política monetária, publicado em novembro de 2013, o enquadramento externo da economia cabo-verdiana permanece pouco favorável, mas com sinais de uma recuperação mais consistentes a partir de 2014.

Em 2014, à semelhança do verificado no ano anterior, o Banco irá apostar na melhoria da rentabilidade das operações, aspecto fundamental para a solvabilidade, confiança dos clientes, accionistas e investidores, na busca de uma maior eficiência no seu funcionamento, visando a economia de custos e melhoria permanente da qualidade do serviço prestado aos seus clientes, visando a satisfação dos mesmos e consolidação da sua posição no mercado financeiro cabo-verdiano.

O acompanhamento e a recuperação do crédito vencido continuará a merecer atenção especial do Banco, devendo as operações do sector da imobiliária turística ser objecto de atenção ao mais alto nível da instituição, à semelhança do exercício que ora finda.

# 1. Enquadramento Macroeconómico

## 1.1.- Economia internacional

A economia mundial manteve ao longo de 2013 uma trajetória de recuperação, mais evidente no 2º semestre, nos EUA (apesar das dificuldades verificadas no processo de aprovação orçamental) e na maior parte da Europa, assistindo-se em paralelo a alguma estabilização do crescimento nas economias emergentes.

De acordo com as estimativas mais recentes divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial terá registado em 2013 um crescimento de 3,0%, próximo do observado no ano anterior (3,1%).

Em 2013, o desempenho dos ativos financeiros foi consistente com a melhoria dos indicadores económicos e a diminuição da incerteza associada à chamada crise da dívida soberana na Área do Euro, num contexto de reforço dos estímulos monetários. Nos EUA as ações subiram cerca de 30% e no mercado de dívida pública a tendência foi de aumento das taxas a partir do 2º trimestre.

Os níveis de desemprego permaneceram elevados na maior parte das regiões, o que, em conjunto com os ajustamentos em curso em diversas economias, com relevo no PIB mundial, e a queda do preço das matérias-primas, contribuiu para um baixo ritmo de crescimento dos preços em diversos países desenvolvidos.

Segundo o Boletim de Indicadores Económicos e Financeiros publicado pelo Banco de Cabo Verde., a Zona Euro apontam para uma contracção em 0,4 % em 2013 (em 2012 a região tinha registado uma contracção de 0,7%). De realçar que, em termos homólogos, a Zona Euro cresceu 0,5 % quarto trimestre, após sete trimestres consecutivos de crescimento negativo. A recuperação da produção industrial e o aumento das exportações explicam a melhor performance da região a partir do segundo trimestre. As estatísticas disponíveis apontam, igualmente, para uma

recuperação das vendas no comércio a retalho no último trimestre, num contexto em que os indicadores de confiança e as condições no mercado de trabalho evoluem mais favoravelmente.

Condicionado pelo desempenho menos favorável da actividade económica global em 2013 no mercado das matérias-primas, o preço do barril de brent reduziu-se cerca de três por cento, contribuindo, em larga medida, para a redução em cerca de um 1% dos preços das matérias-primas energéticas no ano passado.

Os preços das matérias-primas não energéticas também apresentaram uma trajectória globalmente descendente ao longo do ano, em linha com o food price index da FAO, que registou uma diminuição de 1,6% em 2013, depois de se ter reduzido 7,3% em 2012.

**INDICADORES ECONÓMICOS**

| | Taxa de Variação ( em %) | | Taxa de Variação ( em %) | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | PIB | | Inflação | | Desemprego | |
| | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013P |
| Área do Euro | -1,1 | -0,5 | 2,5 | 1,5 | 11,4 | 12,3 |
| EUA | 2,8 | 1,9 | 2,1 | 1,4 | 8,1 | 7,6 |
| China | 7,7 | 7,7 | 2,7 | 2,7 | 4,1 | 4,1 |
| India | 3,2 | 4,4 | 10,4 | 10,9 | | |
| Brazil | 1,0 | 2,3 | 5,4 | 6,3 | 5,5 | 5,8 |
| África Sub Sahariana | 4,8 | 5,1 | 9,0 | 6,9 | | |

Notas: E Estimativas; P Projecções
Fonte: Fundo Monetário Internacional

## 1.2.- Economia Cabo Verdiana

### 1.2.1.- Evolução Global

Segundo o Banco de Cabo Verde, os indicadores de tendência da atividade económica nacional sugerem uma contracção da procura interna, em resultado principalmente da diminuição dos investimentos públicos e privados, num contexto de fraca recuperação do consumo privado e crescimento muito moderado do consumo público. Verifica-se, no entanto, uma evolução mais favorável da procura interna no quarto trimestre, determinada pelo crescimento significativo do indicador do consumo 12,2%, (comparando às variações de -0,8%, 2,65 e -7,2% registados nos terceiro, segundo e primeiro trimestres de 2013, respectivamente).

A procura externa líquida em 2013 apresentou uma tendência de evolução positiva, impulsionada, principalmente, pela redução das importações de bens e serviços (favorecida, também, pela redução dos preços das mercadorias importadas) e crescimento, embora em desaceleração, das receitas de turismo.

A evolução dos indicadores de confiança dos agentes económicos cabo-verdianos confirma a tendência de desempenho menos conseguido da economia nacional em 2013. Com efeito, tanto o indicador de clima económico como o indicador de confiança dos consumidores apresentaram ao longo do ano tendências decrescentes, tendo este último atingido, no quarto trimestre de 2013, valor correspondente a mínimo histórico.

A taxa de inflação do ano 2013 situou-se em 1,5%, cerca de 1 ponto percentual (p.p) abaixo do valor registado em Dezembro de 2012 que foi de 2,5%. No mês de Dezembro de 2013 a taxa de variação homóloga registada pelo IPC foi de 0,1%,

aumentando 0,1p.p face ao valor registado no mês anterior. A variação mensal observada entre novembro e dezembro de 2013 foi de 0,5%, valor superior em 0,7 p.p ao registado no mês anterior.

O comportamento dos preços no consumidor reflecte, em larga medida, a redução dos preços internacionais de energia e de bens alimentares, bem como a redução dos preços no consumidor e no produtor dos principais mercados de importação, num contexto de contracção da procura interna, abrandamento da procura externa e aumento da produção doméstica de frescos e de energia. Estes factores mais que compensaram o impacto na inflação do ajustamento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado nos bens e serviços no início de 2013.

### 1.2.2. - Política e Situação Monetária

Os desenvolvimentos nas contas externas, aliados ao aumento do crédito líquido ao Sector Público Administrativo justificam a aceleração da expansão monetária.

As informações disponíveis para o sector monetário sugerem que o aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior contribuiu significativamente para a expansão monetária em 2013.

O agregado M2 cresceu 9,6% em 2013 (6,3% em 2012), em resultado do aumento das reservas internacionais líquidas pelo Banco Central (4,9%) e do aumento dos activos externos líquidos dos bancos comerciais (em cerca de 38%) justificam o reforço da posição externa líquida do sistema bancário.

A evolução do crédito interno, (refira-se que o crédito líquido ao Sector Público Administrativo cresceu 9,4% em termos homólogos) registou um substancial abrandamento no seu ritmo de crescimento, tanto face aos meses precedentes (em torno de 21%, em média) como relativamente a 2012 (quando cresceu 20,3%).

O crédito à economia registou um ligeiro crescimento homólogo cerca de 1,2% em dezembro, que é justificado pelo aumento do crédito concedido às empresas não financeiras (3,5%) e a particulares para construção de habitação própria ou para investimento (3,6%).

Os depósitos de residentes cresceram cerca de 13,1%, impulsionados, sobretudo, pela constituição de depósitos à ordem e a prazo em moeda nacional, que aumentaram 19% e 20%, respetivamente. Contudo, o ritmo de constituição dos depósitos dos emigrantes desacelerou dos 9%, registados em 2012, para 4,6%.

**Quadro 1: Situação Monetária**

| | Dez-12 | Mar-13 | Jun-13 | Set-13 | Dez-13 | T.V.H. | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em milhões de escudos | | | | | Dez-13 | Dez-12 |
| **Posição externa** | **27.896,9** | **27.161,4** | **30.207,5** | **30.767,2** | **35.270,0** | **26,4** | **21,0** |
| Activos Externos Líq. BCV | 32.288,3 | 33.634,0 | 34.470,4 | 33.402,4 | 38.005,5 | 17,7 | 16,7 |
| **Crédito Interno Líquido** | **116.458,4** | **117.009,9** | **118.575,6** | **118.905,9** | **119.775,1** | **2,8** | **3,7** |
| Crédito Líquido ao SPA | 22.841,0 | 24.291,5 | 25.585,9 | 25.334,1 | 24.999,0 | 9,4 | 20,3 |
| Crédito à Economia | 93.617,5 | 92.718,3 | 92.989,7 | 93.571,8 | 94.776,1 | 1,2 | 0,3 |
| **Massa Monetária** | **122.589,8** | **123.248,5** | **126.997,9** | **129.306,9** | **134.399,8** | **9,6** | **6,3** |
| Base Monetária | 32.573,6 | 33.753,7 | 33.987,4 | 35.257,0 | 38.139,8 | 17,1 | 33,3 |

Fonte: Banco de Cabo Verde.
Nota: T.V.H. – taxa de variação homóloga.

### 1.2.3. -Sector Financeiro

Cabo Verde dispõe hoje de oito Bancos “on-shore” e uma dezena de instituições financeiras a operar na zona “off-shore”.

Segundo Relatório de Política Monetária, publicado em Novembro de 2013 pelo Banco de Cabo Verde (BCV), os indicadores de conjuntura sugerem um contínuo

abrandamento da dinâmica económica ao longo dos primeiros nove meses de 2013, também influenciado pela deterioração da confiança dos agentes económicos e do balanço do sistema bancário.

Com a desaceleração dos preços no consumidor e o aumento das reservas internacionais do país, o Banco de Cabo Verde, com o intuito de estimular o financiamento de projectos privados viáveis e, consequentemente, a actividade económica, adoptou uma abordagem moderadamente acomodatícia, a partir de Maio. Num primeiro momento, o BCV reorientou os leilões dos títulos próprios, em função das taxas propostas pelos Bancos, posteriormente, baixou a taxa de remuneração das facilidades permanentes de depósito, de 3,25% para 1%, e reduziu, para metade, a meta de esterilização da liquidez do sistema bancário.

A transmissão monetária permanece, contudo, muito condicionada à evolução dos indicadores prudenciais e à aversão aos riscos macro–financeiros manifestada pelo sector bancário, num contexto de implementação de medidas visando o reforço do balanço das instituições financeiras. Acresce-se que a política de financiamento do Governo, nomeadamente o maior recurso ao endividamento interno, efectiva-se numa conjuntura em que os bancos preferem investir em instrumentos de menor risco.

Nos próximos seis meses, subjacente à manutenção de um nível adequado de reservas externas e ao contínuo fortalecimento do sistema financeiro, a política do Banco de Cabo Verde deverá continuar a favorecer a retoma da dinâmica da economia. Impulsionado, igualmente, pelo ligeiro crescimento dos principais parceiros do país, o cenário central das actuais projecções aponta para alguma recuperação da dinâmica de crescimento em 2014.

A expansão monetária foi determinada, em larga medida, pelo expressivo aumento das aplicações dos bancos no exterior em cerca de 66%, combinado com a acumulação das reservas internacionais líquidas do país na ordem dos 4%.

Igualmente, o aumento significativo da dívida do Governo Central (27%), num contexto de evolução desfavorável das receitas públicas (fiscais e donativos), contribuiu, em boa medida, para o crescimento acelerado do M2.

Registe-se que a estagnação do crédito à economia nos últimos vinte meses sucede a uma década de crescimento muito rápido do endividamento das empresas e famílias. Em dez anos, o crédito à economia mais que duplicou, passando a representar 66 por cento do PIB em 2011, favorecido pela confortável posição de liquidez do sector bancário e pelo ciclo económico, em particular, pela extraordinária expansão do sector da construção e do turismo a partir de meados da década de 2000.

Apesar do significativo aumento do crédito ao sector público, o crédito interno evoluiu moderadamente ao longo dos primeiros nove meses do ano, devido à ligeira redução dos empréstimos concedidos a particulares e a sociedades não financeiras (em 1,2%, que compara aos crescimentos de 0,2% e de 10% em finais de 2012 e 2011, prospectivamente).

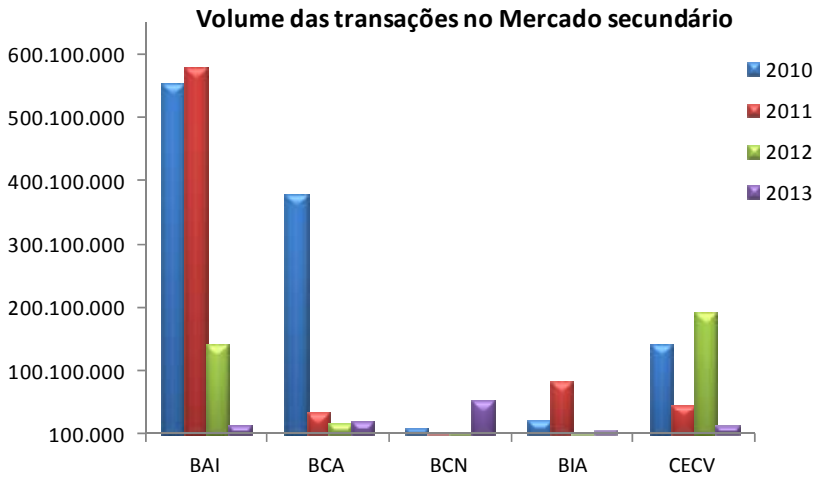
O ano de 2013, na Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC), ficou marcado pela concretização de alguns projetos e atividades importantes, como duas ofertas Públicas de Distribuição (INPHARMA e IFH), lançamento oficial da Plataforma de Leilões, realização da primeira Mesa Redonda Estratégica e Empresarial, automatização (real time) de liquidação de operações junto ao Banco de Cabo Verde (BCV), entre outros.

Também se registou um aumento do número de Corporate Bond cotadas em 6,97%, mantendo-se constante o número de Empresas Cotadas – Equity (4) e o número de Municipal Bond cotadas (2). Em relação ao número de Títulos de Tesouro tiveram um aumento de 46 para 221 títulos fruto da passagem de custódia de BCV para BVC bem como a admissão a cotação em Bolsa da totalidade dos Títulos de Tesouro vivos à data de Maio de 2013.

No que concerne ao volume de emissões no Mercado Primário, o total foi de 9.603.930 contos em 2013 contra 11.482.360 contos em 2012 registando uma queda de -16,36%. Dos totais das Obrigações no mercado primário, ocorrido durante o ano de 2013, as Obrigações do Tesouro, representam cerca de 77,11% (7.405.695 contos); os Bilhetes do Tesouro, cerca de 21,64% (2.078.235 contos) e outras Obrigações emitidas pelas Empresas Nacionais representam 1,25% (120.000 contos).

É de salientar que em 2013 as famílias e pequenos investidores participaram nos leilões de títulos do tesouro através de lances não competitivos. Após o lançamento oficial da Plataforma (Maio 2013) foram subscritas, até o final de 2013, pelo Público em Geral, através de Lances Não Competitivos, o montante de 196.200 contos, sendo 56.005 contos em Bilhete de Tesouro e 140.195 contos em Obrigações de Tesouro.

No que tange às transações no mercado secundário durante o ano de 2013, atingiu-se o montante de 105.930 contos em 2013, com decréscimo de 70,40% face ao mesmo período do ano anterior. É de salientar em 2012 tinha registado o valor de 357.863 contos.




Fonte: Bolsa Valores de Cabo Verde

### 1.2.4. -Perspetivas para 2014

A economia mundial deverá crescer 3,6% em 2014 e 3,9% em 2015, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), que reviu ligeiramente em baixa as suas previsões, sublinhando que os riscos permanecem descendentes. No World Economic Outlook, que inclui as perspetivas macroeconómicas da organização, o FMI refere que a atividade mundial recuperou na segunda metade de 2013, antecipando-se que melhore ainda mais em 2014 e 2015, impulsionada sobretudo pelos Estados Unidos.

No entanto, comparando com a última atualização do World Economic Outlook, de janeiro, o FMI piorou ligeiramente as suas previsões, em 0,1 pontos percentuais tanto para 2014 como para 2015, esperando agora um crescimento de 3,6% e de 3,9%, respetivamente. O maior contributo para o crescimento global virá dos Estados Unidos, que deverá crescer 2,8% em 2014 e 3% em 2015, devido a uma consolidação orçamental mais moderada, às condições acomodatícias de política monetária, à riqueza das famílias (que aumentou) e às melhores condições de acesso a crédito bancário.

Também a zona euro deverá contribuir para o crescimento da economia mundial: as expectativas do FMI sugerem um crescimento na ordem de 1% em 2014, depois de dois anos consecutivos de recessão. Registe-se que a manutenção de condições desfavoráveis no mercado de crédito, principalmente nas economias mais vulneráveis, continua a condicionar o desempenho económico da região, numa conjuntura de algum afrouxamento da política de consolidação orçamental (de cerca de 1% do PIB em 2013 para 0,25% em 2014).

A conjuntura económica ainda pouco favorável da Zona Euro deverá continuar a condicionar a evolução da economia nacional. Registe-se que a economia cabo-verdiana tem sido severamente afectada pela crise europeia, via redução,

primeiramente, dos influxos de investimento directo estrangeiro, da ajuda pública ao desenvolvimento e, mais recentemente, das remessas dos emigrantes para apoio familiar.

Para 2014, as perspectivas para a evolução da actividade económica nacional, em linha com o desenvolvimento da conjuntura externa, será marcada por um ambiente de elevadas incertezas. Assim, o Governo apresenta uma proposta de Orçamento do Estado de 57.859 milhões de escudos, 8,2% superior à estimativa para 2013, com um défice global de 7,4% do PIB. Essa evolução representará um agravamento de 0.17p.p. do défice reprogramado para 2013, e prevê-se um crescimento do PIB cabo-verdiano entre 3,5% e 4,5% para 2014.

Para 2014, o MFP prevê um crescimento mais acelerado das receitas fiscais (10%), suportado pela recuperação da dinâmica da actividade económica e pela consolidação das novas fontes de receitas. Prevê, igualmente, um aumento na ordem dos 8% das despesas de funcionamento, antevendo a realização de algumas despesas não executadas em 2013, não obstante o anunciado esforço de contenção dos gastos correntes.

Segundo o relatório da Politica Monetária publicado em Novembro de 2013, a procura interna deverá recuperar ligeiramente, em resultado da dissipação dos efeitos das medidas fiscais implementadas em 2013 no rendimento das famílias e das empresas, de alguma recuperação das transferências externas para apoio familiar (em função de um desempenho melhor dos principais parceiros do país) e de um aumento do consumo público.

A Formação Bruta de Capital Fixo, contudo, deverá permanecer com um perfil ascendente, devido, principalmente, à contínua redução dos investimentos privados internos. Com efeito, prevê-se que o crédito para financiar os investimentos domésticos residenciais e não residenciais permaneça muito aquém da média de crescimento dos últimos anos.

A procura externa dirigida à economia cabo-verdiana deverá, igualmente, crescer num ritmo mais acelerado que em 2013, com a recuperação económica dos principais mercados de exportação cabo-verdiana e o aumento da oferta turística. No entanto, as importações de bens e serviços deverão crescer para satisfazer o aumento da procura, condicionando o efeito da procura externa líquida no crescimento da economia.

A evolução prevista das componentes da procura implica uma contínua melhoria da balança de bens e serviços.

A balança de pagamentos deverá permanecer excedentária e as reservas internacionais líquidas deverão garantir cerca de quatro meses de importações, tanto em 2013 como em 2014.

# 2. Síntese da Atividade do Banco

## 2.1.- Posição no Sistema Bancário

O desempenho do Banco Interatlântico sofreu os efeitos da crise apesar de ter registado ganhos a nível de alguns dos indicadores da atividade comercial, onde se destaca o crescimento verificado a nível da captação de recursos.

O Banco conheceu um crescimento global dos recursos de clientes (incluído os juros) na ordem dos 8,77% em relação a dezembro de 2012.

No segmento de particulares o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 1.056.426 contos mais 13,1% face a Dezembro de 2012.

De realçar, igualmente, o crescimento de 14,60% dos recursos totais dos emigrantes, sendo que os depósitos a prazo emigrante cresceram 18,31%.

No segmento de empresas, tendo aumentado em 304.651 contos (+4,08%) face ao dezembro 2012, com forte crescimento no sector público de 469.191 contos (34,93%).

A quota de mercado dos recursos dos clientes do Banco registou um decréscimo de -0,31p.p.

| Recursos dos Clientes | Dez-12 | Dez-2013 P | 2013 Dez/ Dez 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Valor | % |
| Sistema | 118.954.077 | 132.525.096 | 13.571.019 | 11,41% |
| BI | 15.621.411 | 16.990.030 | 1.368.618 | 8,76% |
| Quota Mercado | 13,13% | 12,82% | | -0,31% |

Fonte:Banco Cabo Verde ( Posição provisório Dezembro 2013); Não Inclui Juros

O crédito ao cliente, em termos brutos incluindo os títulos da divida pública, atingiu 15.739.185 contos no final de dezembro 2013, representando uma redução de 112.778 contos (-0,71%) relativamente ao dezembro 2012.

A nível do crédito global, a quota do mercado do Banco passou de 13,68% para 13,07%, evidenciando um ligeiro decréscimo de 0,61 p.p.

| Crédito Bruto | Dez-12 | Dez-2013 P | 2013 Dez/ Dez 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Valor | % |
| Sistema | 115.876.313 | 120.426.297 | 4.549.984 | 3,93% |
| BI | 15.851.963 | 15.739.185 | -112.778 | -0,71% |
| Quota Mercado | 13,68% | 13,07% | | -0,61% |

Fonte:Banco Cabo Verde (Posição provisório Dezembro 2013); Não Inclui Juros, inclui titulos da Divida pública

Considerando o volume de negócios (recursos adicionado do crédito), verifica-se que o Banco Interatlântico diminui a sua quota global que se situou nos 12,94%, o que representou um decréscimo, face ao período homólogo, de 0,46 p.p.

| Volume de Negócios | Dez-12 | Dez-2013 P | 2013 Dez/ Dez 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Valor | % |
| Sistema | 234.830.390 | 252.951.393 | 18.121.003 | 7,72% |
| BI | 31.473.374 | 32.729.215 | 1.255.840 | 3,99% |
| Quota Mercado | 13,40% | 12,94% | | -0,46% |

Fonte:Banco Cabo Verde ( Posição provisório Dezembro 2013)

## 2.2.- Atividade Comercial

### 2.2.1.- Recursos

Os recursos totais de clientes no ano de 2013 ascenderam a cerca de 17.156.377 contos, evidenciando um incremento de 1.383.647 contos (+8,77%) face a 2012. Os recursos totais de clientes englobam os depósitos de clientes, no montante de 16.274.499 e com um peso de 94,86%, bem como as captações de liquidez, decorrentes dos títulos colocados no mercado secundário, incluindo juros corridos associados, com um total de 691.822 contos, correspondentes a 4,03% da carteira de recursos de clientes. Os outros recursos (cheques a cobrar) totalizam o montante 16.998 contos e juros e encargos a pagar no montante de 173.059 contos.

Em 31 de Dezembro de 2013, a carteira de depósitos de clientes incluía depósitos à ordem no montante de 6.363.235 contos (correspondente a 37% dos totais dos recursos), que aumentaram 10,87%, depósitos a prazo com um saldo de 9.770.773 contos ( 57% do total de recursos), que aumentaram 17,72% e depósitos poupança no montante de 140.491 contos, registando um decréscimo de -19,43%.

Em relação aos títulos do tesouro colocados no mercado secundário, atingiram o montante de 691.822 contos, o que representou um decréscimo de 50,55% face ao período homólogo, em virtude do vencimento dos títulos em carteira, sem possibilidade de renovação divido às novas regras que regulam o mercado secundário de títulos da divida pública. Este facto levou a uma substituição de obrigações por depósitos a prazo. Uma outra nota importante, tem a ver com a participação das famílias e pequenos Investidores nos leilões de títulos do tesouro através de lances não competitivos. Do total dos títulos do tesouro colocados no mercado secundário apresentados, 684.000 contos diz respeito ao capital e 7.822 contos são juros a pagar.

O rácio de transformação medido pelo crédito bruto relativamente aos recursos de clientes situou-se em 83,72% em dezembro de 2013.

Analisando os recursos por segmento de clientes (excluindo juros a pagar e cheques a cobrar), constatamos que os particulares continuam a deter maior peso nos totais dos recursos, passando de 52,08% para 54,13%, representa um crescimento 13,01% face a Dezembro de 2012.

As empresas, por seu lado, verificam uma ligeira diminuição na sua quota-parte, tendo passado de 47,92 % para 45,87%, e evidenciam um crescimento de 4,08%.

Mil CVE

| Depositos | 2012 | 2013 | 2013/2012 | |
|---|---|---|---|---|
| Empresas | 7.475.050 | 7.779.701 | 304.651 | 4,08% |
| Particulares | 8.122.372 | 9.178.798 | 1.056.426 | 13,01% |
| **Total** | **15.597.422** | **16.958.499** | **1.361.077** | **8,73%** |

Não inclui Juros a pagar e Cheques a Cobrar

Mil CVE

| Descritivos | 2012 | 2013 | 2013/2012 | |
|---|---|---|---|---|
| **Empresas** | **7.475.050** | **7.779.701** | **304.651** | **4,08%** |
| Depósitos á Ordem | 3.327.797 | 3.904.576 | 576.778 | 17,33% |
| Depósitos Prazo | 3.159.252 | 3.628.126 | 468.873 | 14,84% |
| Obrigações Tesouro M. Secundário | 988.000 | 247.000 | -741.000 | -75,00% |
| **Particulares** | **8.122.372** | **9.178.798** | **1.056.426** | **13,01%** |
| Depósitos á Ordem | 2.411.751 | 2.458.659 | 46.908 | 1,94% |
| Depósitos Prazo | 5.315.020 | 6.283.139 | 968.118 | 18,21% |
| Obrigações Tesouro M. Secundário | 395.600 | 437.000 | 41.400 | 10,47% |
| **Total** | **15.597.422** | **16.958.499** | **1.361.077** | **8,73%** |

Não inclui Juros a pagar e Cheques a Cobrar

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Recursos de clientes** | **15.772.730** | **17.156.377** | **1.383.647** | **8,77%** |
| **Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)** | **14.213.822** | **16.274.499** | **2.060.677** | **14,50%** |
| **À ordem (1)** | **5.739.549** | **6.363.235** | **623.686** | **10,87%** |
| DO - Sector público Administrativo | 283.704 | 560.437 | 276.733 | 97,54% |
| DO Residentes | 4.167.268 | 4.436.423 | 269.155 | 6,46% |
| DO - Não residentes | 809.835 | 885.064 | 75.228 | 9,29% |
| DO Emigrantes | 478.742 | 481.310 | 2.569 | 0,54% |
| **À Prazo (2)** | **8.299.908** | **9.770.773** | **1.470.865** | **17,72%** |
| DP Residentes | 4.760.502 | 5.635.971 | 875.469 | 18,39% |
| DP Emigrantes | 2.435.204 | 2.881.004 | 445.800 | 18,31% |
| DP - Não residentes | 1.104.201 | 1.253.798 | 149.597 | 13,55% |
| **Poupança (3)** | **174.365** | **140.491** | **-33.874** | **-19,43%** |
| Poupança Jovem | 174.365 | 140.491 | -33.874 | -19,43% |
| **Títulos Tesouro -Mercado Secundário** | **1.399.053** | **691.822** | **-707.231** | **-50,55%** |
| Bilhete de Tesouro - Cliente | 0 | 0 | 0 | 0,00% |
| Obrigações de Tesouro - Cliente | 1.383.600 | 684.000 | -699.600 | -50,56% |
| Juros a Pagar BT/OT Cliente | 15.453 | 7.822 | -7.631 | -49,38% |
| **Outros Recursos** | **14.529** | **16.998** | **2.468** | **16,99%** |
| cheques e ordens a pagar | 14.529 | 16.998 | 2.468 | 16,99% |
| **Juros e Encargos Similares de clientes** | **145.326** | **173.059** | **27.732** | **19,08%** |
| Residentes | 76.934 | 91.667 | 14.733 | 19,15% |
| Não residentes | 68.392 | 81.391 | 12.999 | 19,01% |

## 2.2.2. - Crédito a clientes

O saldo da carteira do crédito em 31 de dezembro de 2013, incluindo o crédito e juros vencidos, os proveitos a receber e as obrigações privadas atingiu o montante líquido de 12.913.620 contos, registando um ligeiro decréscimo face ao período homólogo.

### 2.2.2.1 Crédito não representado por valores mobiliários

A carteira do crédito, não representado por valores mobiliários, em termos bruto registou um decréscimo de -21.744 contos (-0,16%) face ao ano anterior, totalizando 13.732.533 contos.

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Credito a clientes** | | | | |
| **Outros créditos e valores a receber (titulados)** | **625.414** | **587.738** | **-37.677** | **-6,02%** |
| De outros emissores nacionais | 631.746 | 630.178 | -1.568 | -0,25% |
| **Rendimentos a receber/Deferidos** | **15.202** | **15.030** | **-172** | **-1,13%** |
| Rendimentos receber Titulos | 14.790 | 14.617 | -173 | -1,17% |
| Receitas com rendimento diferido | 412 | 413 | 1 | 0,26% |
| **Imparidade** | **21.534** | **57.471** | **35.937** | **166,89%** |
| **Crédito não representado por valores mobiliários Bruto** | **13.754.277** | **13.732.533** | **-21.744** | **-0,16%** |
| De curto prazo | 671.842 | 661.060 | -10.783 | -1,60% |
| De médio e logo prazo | 10.657.472 | 9.561.440 | -1.096.032 | -10,28% |
| Crédito ao pessoal | 260.067 | 287.869 | 27.802 | 10,69% |
| **Situação Normal** | **11.589.381** | **10.510.368** | **-1.079.013** | **-9,31%** |
| **Crédito e Juros Vencidos** | **2.164.896** | **3.222.164** | **1.057.269** | **48,84%** |
| Capital | 2.148.681 | 3.202.075 | 1.053.394 | 49,03% |
| Despesas de Crédito Vencido | 16.215 | 20.089 | 3.874 | 23,89% |
| **Imparidade de crédito a clientes e crédito/juros vencidos** | **1.237.568** | **1.331.033** | **93.465** | **7,55%** |
| **Crédito não representado por valores mobiliários Liquido** | **12.516.710** | **12.401.500** | **-115.209** | **-0,92%** |
| **Rendimentos a receber/Deferidos** | **74.330** | **75.617** | **1.287** | **1,73%** |
| Rendimentos a receber credito | 74.330 | 75.617 | 1.287 | 1,73% |
| **Crédito Sobre Clientes (Liquido)** | **13.067.794** | **12.913.620** | **-154.173** | **-1,18%** |

## Crédito por Segmentos

No final do ano, o crédito concedido aos clientes empresas manteve a sua dominância na estrutura do crédito ao atingir 9.229.110 contos representando deste modo 67,21% do crédito total e registando um ligeiro decréscimo de 112.992 contos (-1.21%) em comparação com período homólogo, enquanto o crédito a particulares representou 32,79% da carteira e registou o crescimento de 91.247 contos (+2,07%) face ao ano transato.

Mil CVE

| Descritivo | Credito Normal | Credito Vencido | Total | Peso |
|---|---|---|---|---|
| Particular ( P) | 4.071.896 | 431.527 | 4.503.422 | 32,79% |
| Empresa ( E) | 6.438.473 | 2.790.638 | 9.229.110 | 67,21% |
| **Total Credito Bruto** | **10.510.368** | **3.222.164** | **13.732.533** | **100%** |

## Crédito por Setor

No final de 2013, a carteira de crédito às empresas por setor de atividades encontrava-se concentrada nos sectores de transporte, construção, comércio e serviços. Quando comparado com o ano transato verificasse um crescimento da exposição do Banco ao setor de indústrias extrativas e transformadoras e comercio (110,21% e 5,00%) respetivamente. Por seu turno, também se regista um decréscimo sobretudo nos setores de construção (411.395 contos); outros serviços (216.856 contos) comércio (31.057 contos) e agricultura e pesca (2.929 contos).

Na carteira de crédito a particulares, o crédito habitação registou um acréscimo de 321.317 contos (+12,86%) e outros fins uma redução de 230.070 contos (-12,02%)

Mil CVE

| Sector de Actividades | Dez-12 | Dez-13 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | Relativa |
| **Empresas** | **9.342.104** | **9.229.113** | **-112.991** | **-1,21%** |
| Agricultura e Pesca | 8.380 | 5.451 | -2.929 | -34,95% |
| Indústrias extrativas e Transformadoras | 516.425 | 1.085.573 | 569.148 | 110,21% |
| Construção | 1.838.494 | 1.427.099 | -411.395 | -22,38% |
| Comércio | 620.856 | 651.913 | 31.057 | 5,00% |
| Transporte | 1.598.085 | 1.516.069 | -82.016 | -5,13% |
| Outros serviços | 4.759.864 | 4.543.008 | -216.856 | -4,56% |
| **Particulares** | **4.412.173** | **4.503.419** | **91.246** | **2,07%** |
| Habitação | 2.498.207 | 2.819.524 | 321.317 | 12,86% |
| Outros fins | 1.913.966 | 1.683.896 | -230.070 | -12,02% |
| **Total** | **13.754.277** | **13.732.532** | **-21.745** | **-0,16%** |

### 2.2.2.2- Outros créditos e valores a receber

No que tange a outros créditos e valores a receber de outros residentes nacionais, registou um saldo líquido de 587.738 contos, sendo capital 630.178 contos, 15.030 contos de rendimentos a receber e imparidade no montante de 57.471 contos. Face ao dezembro de 2012, registou uma variação negativa de 37.677 contos (-6.02%)

### 2.2.3 Qualidade da Carteira de Credito

O saldo do crédito vencido atingiu no final de 2013 o valor de 3.222.164 contos (2.164.896 contos em dezembro de 2012), tendo aumentado 48,84% relativamente a dezembro de 2012. A deterioração que se tem vindo a assistir na situação económica e financeira das empresas cabo-verdianas tem agravado a qualidade da carteira de crédito do Banco.

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pelos níveis dos indicadores de incumprimento, nomeadamente pela proporção do crédito vencido em função do crédito bruto incluindo obrigações emitidos por empresas nacionais, situou-se em 22,43% (15,05% em dezembro de 2012). O grau de cobertura do crédito vencido pela imparidade situou-se em 43,09% em 31 de dezembro de 2013, comparando com 58,16% em igual data de 2012.

O indicador da qualidade do crédito (crédito em incumprimento/crédito total), nos termos da circular série A nº 150/DSE/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 13,86% contra 8,12% no ano anterior, registando um aumento de 5,75p.p.

As ações da cobrança judicial foram intensificadas em 2013, tendo dado entrada no tribunal um elevado número de casos, contemplando os principais casos considerados de menor probabilidade de regularização ou de viabilização.

As operações de grandes riscos e as pertencentes aos sectores considerados de risco elevado, como é o caso da imobiliária turística são acompanhadas pela

Comissão Executiva, tendo mantido contacto permanente com os promotores durante o ano.

As negociações e as perspetivas de resolução dos projetos de imobiliária turística existente na carteira do Banco, tem conhecido avanços e recuos, mas sem efeito prático na situação da carteira.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade à sua carteira de crédito, sendo que a identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual quando a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quando os saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Para efeito de análise coletiva de imparidade, os activos são classificados em grupos homogéneos, com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os “cash-flows” futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

Para o ano de 2013, no modelo, foram, como é recomendável, atualizadas as séries estatísticas dos fatores de risco, ou seja a probabilidade de indícios (PIs), a probabilidade de “default” (PDs) e de perda em caso de “default” (LGDs), acrescentando ao histórico o comportamento dos pagamentos mais atuais. Atualmente o histórico reflete 96 períodos reais.

Foi também atualizada a base de dados dos créditos reestruturados e os seus comportamentos com o decorrer do exercício de 2013.

Assim, o Banco tem vindo a dar continuidade ao trabalho iniciado em 2011, de sistematização da informação sobre reestruturação de créditos no seu sistema informático e de concepção e implementação de uma metodologia específica para a estimativa de Perdas por Imparidade para créditos reestruturados. Este processo ficou concluído, com impacto significativo no aumento da imparidade.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em 2013 foram registadas imparidades no montante de 1.331.033 contos referente à carteira de crédito não titulado, contra 1.237.568 contos em 2012, representando um crescimento de 93.465 contos +7,55%, com a seguinte distribuição:

Mil CVE

| Segmentos 2013 | Valor de Balanço | Imparidade | Taxa de Imparidade | Provisões Legais | Taxa de Provisões |
|---|---|---|---|---|---|
| Habitação | 2.831.770 | 99.264 | 3,505% | 147.039 | 5,19% |
| Outros Créditos | 1.671.652 | 144.969 | 8,672% | 139.383 | 8,34% |
| Garantias Pessoais | 13.174 | 26 | 0,197% | 90 | 0,68% |
| Crédito Geral | 8.976.940 | 1.073.240 | 11,956% | 951.088 | 10,59% |
| Garantias Empresa | 2.818.237 | 13.533 | 0,480% | 502 | 0,02% |
| Sector Público | 586.859 | 0 | 0,000% | 0 | 0,00% |
| **Total** | **16.898.632** | **1.331.033** | **7,877%** | **1.238.101** | **7,33%** |

* Inclui Créditos Documentários e Garantia Prestadas e não Inclui Obrigações Emitidas por Empresas Nacionais

Mil CVE

| Segmentos 2012 | Valor de Balanço | Imparidade | Taxa de Imparidade | Provisões Legais | Taxa de Provisões |
|---|---|---|---|---|---|
| Habitação | 2.726.458 | 63.342 | 2,323% | 133.314 | 4,89% |
| Outros Créditos | 1.685.717 | 190.450 | 11,298% | 113.631 | 6,74% |
| Garantias Pessoais | 16.944 | 42 | 0,247% | 33 | 0,20% |
| Crédito Geral | 9.083.649 | 970.212 | 10,681% | 733.296 | 8,07% |
| Garantias Empresa | 1.737.321 | 13.522 | 0,778% | 0 | 0,00% |
| Sector Público | 418.367 | 0 | 0,000% | 0 | 0,00% |
| **Total** | **15.668.456** | **1.237.568** | **7,898%** | **980.274** | **6,26%** |

* Inclui Créditos Documentários e Garantia Prestadas e não Inclui Obrigações Emitidas por Empresas Nacionais

Como se pode verificar, registou-se um acréscimo da taxa de imparidade em alguns segmentos de crédito caso de outros créditos; Credito Geral (credito a empresas) e Garantias Pessoais, reflectindo os aspectos de conjuntura já referidos ao longo deste Relatório.

A imparidade acumulada para Outros créditos e valores a receber (Titulados) situou-se em 57.471 contos. Este valor foi obtido com base na taxa de imparidade calculada pela aplicação com base nas estatísticas para o segmento empresa sem indícios com excepção de uma empresa que foi feita analise Individual.

O total da imparidade para os créditos incluindo outros créditos e valores a receber (titulados) posicionou-se em 1.388.503 contos.

## 2.3.- Operações de mercado de capitais

No ano de 2013, os títulos de outros emissores residentes registaram uma diminuição de 1.568 contos relativamente ao dezembro de 2012. Essa variação resultou da amortização parcial do capital investido das obrigações da Camara Municipal do Sal, do BCA e da Sogei nos termos da respetivas fichas técnicas. Durante o ano de 2013 houve aquisição de 699 obrigações da IFH e 400 obrigações da Tecnicil Indústria S.A.

A redução do prémio (custo com aquisição) das obrigações da Electra (A e B) resulta da amortização dos custos referente ao ano 2013.

Mil CVE

| Outros Residentes Nacionais | Dez-12 | Dez-13 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B | 156.624 | 156.624 | 0,00% | 0 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C | 32.199 | 32.199 | 0,00% | 0 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. | 30.000 | 30.000 | 0,00% | 0 |
| Cabo Verde Fast Ferry, S.A. | 19.996 | 19.996 | 0,00% | 0 |
| Câmara Municipal do Sal | 13.000 | 12.000 | -7,69% | -1.000 |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 6.668 | 5.334 | -20,00% | -1.334 |
| Tecnicil Indústria, S.A. | 6.193 | 6.593 | 6,46% | 400 |
| Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. | 999 | 666 | -33,33% | -333 |
| ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. | 29.968 | 29.968 | 0,00% | 0 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D | 136.099 | 136.099 | 0,00% | 0 |
| Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. Serie G | 200.000 | 200.000 | 0,00% | 0 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. | 0 | 699 | 100,00% | 699 |
| **Total** | **631.746** | **630.178** | **-0,25%** | **-1.568** |

Os títulos da divida pública, registaram um decréscimo de 87.599 contos (-5,90%) face ao dezembro de 2012.

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Títulos da dívida pública** | **1.485.375** | **1.397.776** | **-87.599** | **-5,90%** |
| De Dívida Pública Caboverdiana | 1.465.940 | 1.376.474 | -89.466 | -6,10% |
| Rendimentos receber Banco | 19.435 | 21.302 | 1.867 | 9,61% |

## 2.3.1.- Carteira de Investimento e de negociação

Os “activos financeiros disponíveis para venda”, tiveram uma variação positiva de 3.541 contos (+1,08%) face a Dezembro de 2012. Essa variação resultou de mais-valias potenciais que se encontravam registadas em reservas de reavaliação das participação na Visa.

## 2.4.- Promoção e Marketing

O ano de 2013 continuou a registar uma moderação no envolvimento do BI em atividades externas. No entanto, o Gabinete de Marketing, ao longo de 2013, teve a seu cargo, à semelhança dos anos anteriores as seguintes tarefas:

- ✓ Relativamente à comunicação interna o GMK teve sob a sua responsabilidade a gestão diária da intranet, com atualização de conteúdos, informação de novos produtos, criação e divulgação de fichas de novos produtos, informação/divulgação de patrocínios concedidos, inserção e organização de normativos internos, gestão dos aniversariantes do dia e outras notícias de caracter informativo e de lazer como por exemplo a informação semanal da agenda cultural.

- ✓ Foram desenvolvidas, no âmbito da Comunicação Externa as seguintes acções:

- ✓ O lançamento do novo produto de depósito a prazo direcionado a residentes e emigrantes, o BI Class mais e BI Class mais emigrante, veiculada nos principais jornais da praça, na televisão, em diferentes portais de grande visibilidade, no Website BI, nos balcões da rede de Agências do banco e na rede social.

- ✓ Coordenou a nova campanha do produto de depósito a prazo já existente no BI, o BI Poupança, cuja estratégia comercial foi a captação de novos recursos incentivando hábitos de poupança. A campanha também foi propagada nos principais jornais da praça, na televisão, em diferentes portais, no Website BI e nos balcões da rede de Agências BI e na rede social.

- ✓ Ainda no quadro das campanhas, é de referir a campanha de natal, também difundida nos mesmos meios já referenciados.

No âmbito das suas funções, o GMK teve sob a seu cargo, a criação da Ficha de produto, e Lançamento da Linha de Crédito para Estudantes do Ensino Superior com Garantia Mútua, produto objecto de protocolo entre o Governo e os Bancos, que se destina exclusivamente a particulares de nacionalidade caboverdiana, para financiar as despesas directamente relacionadas com a frequência de alunos em cursos de estudos superiores profissionalizantes, licenciatura, e mestrado, ministrados preferencialmente em Cabo Verde.

Em Julho de 2013 o BI aderiu á rede social, com a criação da sua página no facebook (https://www.facebook.com/Interatlantico) que sob a coordenação e gestão do marketing é actualizada diariamente com informações de caracter diversos, como por exemplo: de câmbio do dia/ cotações da Bolsa de Valores de Cabo Verde (semanal), divulgação de eventos e patrocínios, promoção dos produtos e serviços BI, boas práticas financeiras, dicas de poupança e outos assuntos de interesse e relevância para o cliente bancário.

Também teve a seu cargo o trabalhado do novo Preçário Geral do Banco, de acordo com as instruções técnicas do BCV, que através do Aviso nº 1/2013, de 12 de Abril, fixou as novas regras que as instituições de crédito e parabancárias devem observar na divulgação do preçário, definiu os deveres de informação e de assistência aos clientes que competem às instituições e determinou os serviços bancários gratuitos.

No reforço da sua imagem institucional, o BI participou em alguns eventos importantes especialmente junto da diáspora caboverdiana, nomeadamente no seu envolvimento como patrocinador de alguns eventos que merecem destaque, e que visaram a recolha de contribuições junto da comunidade emigrada, para uma melhoria constante da sua oferta comercial e a qualidade do serviço prestado. São eles:

- ✓ O Projecto de Instalação do Gabinete de Apoio à Integração da Comunidade (GAII) - Promovido pela Associação Caboverdiana Cretcheu em Almada, inaugurado em maio de 2013 e que visa dar respostas às necessidades de integração e inclusão social, estruturada em várias valências;
- ✓ O Encontro Internacional do Movimento Associativo Caboverdiano na Diáspora realizada também em Maio de 2013, promovida pela Associação Caboverdiana de Lisboa, sob o lema "Movimento Associativo Cabo-Verdiano na Diáspora: Que Desafios, que Lideranças, que Futuro?".

O Banco promoveu ainda, em parceria com a Caixa Geral de Depósitos, encontros com emigrantes em Paris e em Luxemburgo, numa experiencia piloto de acções conjuntas para mobilização dos recursos da diáspora cabo-verdiana através da rede internacional da CGD. Estas acções mereceram destaque na comunicação social na diáspora e no país, o que contribui para o reforço da notoriedade do Banco.

Essas atividades contaram com a envolvência do marketing como articulador, fazendo a ponte entre o BI e as entidades patrocinadas, para assegurar e fazer valer as contrapartidas do Banco

É de referir também a participação do BI, pela 1ª vez, no reporte anual à CGD, com informações do seu desempenho, para inserção no Relatório de Sustentabilidade (RS) e Calculo da Pegada Carbónica, no quadro do alargamento do âmbito de reporte do Grupo CGD nas várias regiões onde se encontra presente e que teve o marketing como interlocutor do processo no BI.

Por último, destaca-se o relacionamento com Entidades Externas, nomeadamente os contactos permanentes com fornecedores e os órgãos de comunicação, quer seja para fazer cumprir os contratos de protocolos assinados, na divulgação de notícias e campanhas de produtos e serviços e eventos organizados pelo BI, bem como a

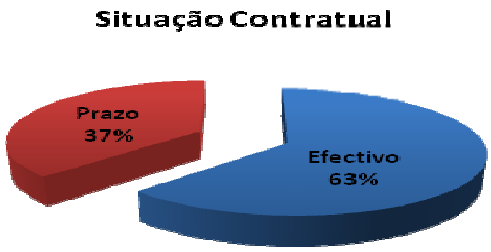
relação com entidades que beneficiam de patrocínios do banco, a fim de garantir a melhor participação do BI e assegurar o cumprimento das contrapartidas negociadas.

# 3. - Recursos Humanos

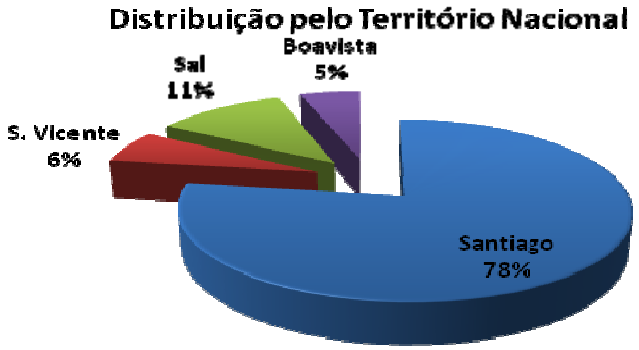
No final do exercício do ano de 2013, o Banco Interatlântico contava com 115 Colaboradores (mais 3 do que em 2012) excluindo os administradores, tendo sido registadas 12 admissões e 9 desvinculações, números, esses, que comparados com os do ano de 2012 revelam aumento em uma unidade do número de entradas e manutenção do número de saídas. Da totalidade das desvinculações, 3 foram por iniciativa própria e as restantes por iniciativa do Banco.



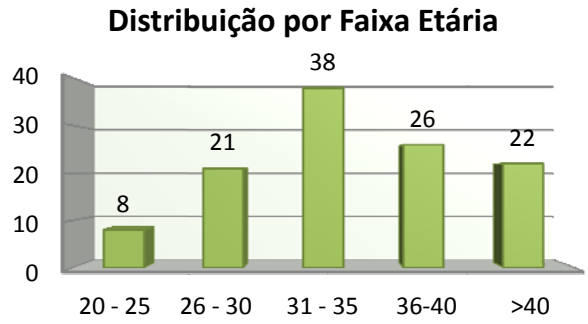

Dos 115 colaboradores no activo, 72 eram efectivos do quadro permanente e 43 possuíam contrato por tempo determinado, o que demonstra o aumento significativo do número de elementos efectivos face ao ano de 2012 (incremento de 5 Colaboradores) e uma redução, ainda que ligeira, do número de empregados com vínculo laboral a prazo.



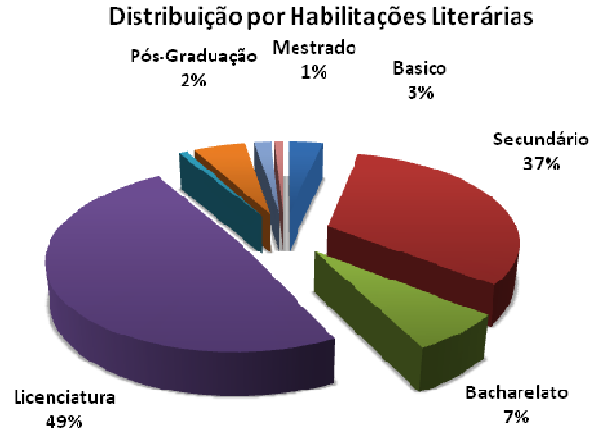
A nível nacional, a ilha de Santiago era a que possuía a maioria dos Colaboradores (89), seguida das ilhas do Sal, S. Vicente e Boavista, com 13, 7 e 6 empregados, respectivamente. De salientar que nestas três últimas, o número de Colaboradores manteve-se em relação ao ano de 2012.



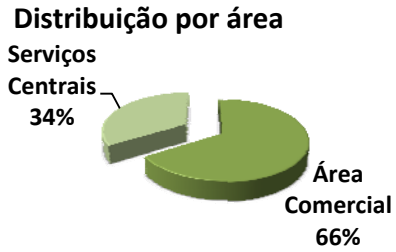

A média de idades dos empregados era de 35 anos, sendo que a maior concentração do pessoal se situava na faixa etária entre os 31 e os 40 anos (representando 56% da totalidade dos empregados), o que se traduziu num maior grau de responsabilidade e de potencialidade; e, com fortes indícios para melhoria da produtividade e rentabilidade do Banco.



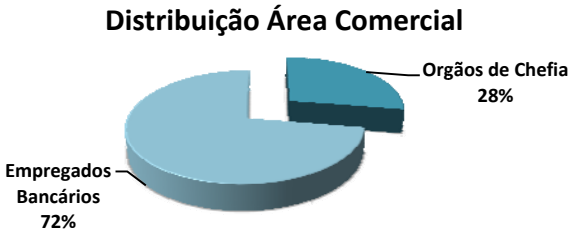
No que concerne às habilitações literárias e às qualificações profissionais, 49% dos Colaboradores detinham formação superior ao nível de Licenciatura e 7% de Bacharelato.



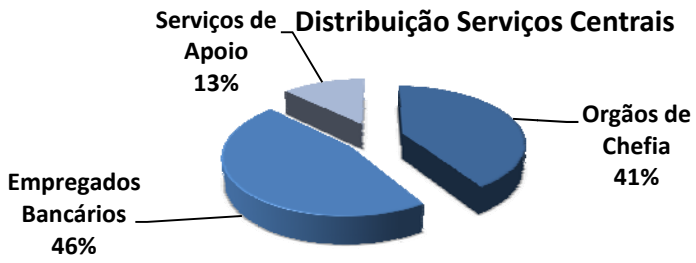

Quanto à distribuição dos Colaboradores por área funcional, constatou-se que 76 estavam afectos à Área Comercial e 39 aos Serviços Centrais.




Na Área Comercial, 21 dos Colaboradores desempenharam cargos de chefia e 55 eram Empregados Bancários.

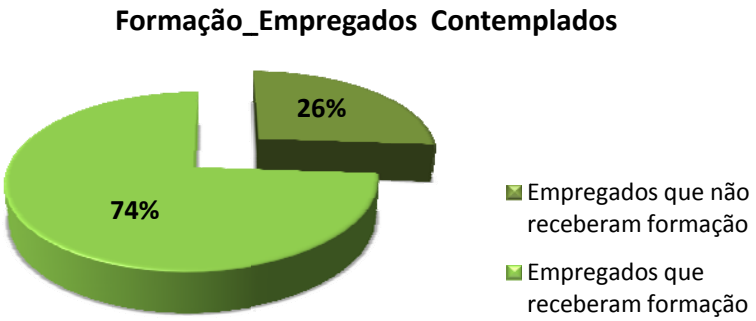


Nos Serviços Centrais, 16 Colaboradores desempenharam cargos de chefia, 18 eram Empregados Bancários e 5 prestaram serviços de apoio.

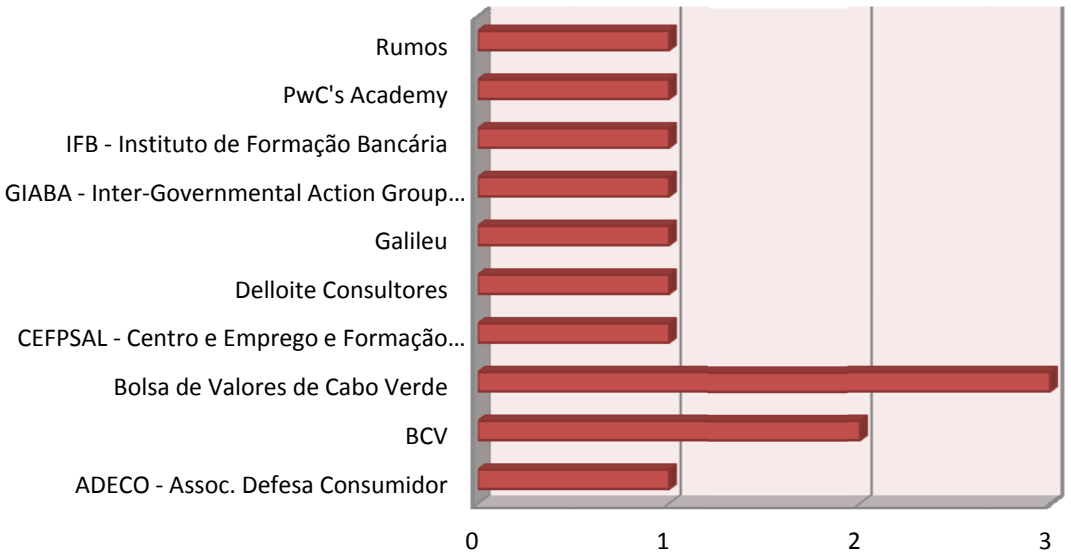


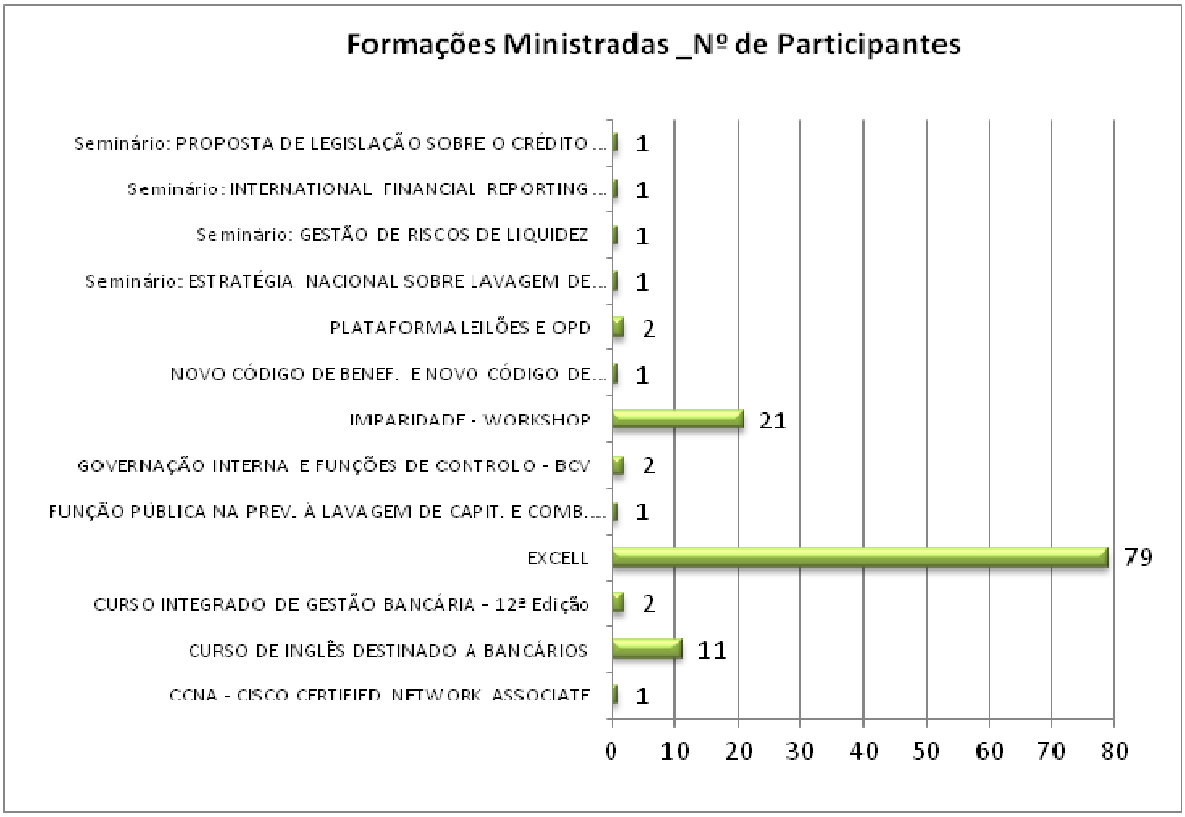

## Formação

Na totalidade, foram realizadas 13 acções de formação, sendo 3 delas ministradas pelo Banco de Cabo Verde e 2 pela Bolsa de Valores de Cabo Verde. No cômputo geral estiveram envolvidos 85 Colaboradores, o que correspondeu a 74% dos mesmos. De salientar que dos 85 formandos, 30 participaram em duas formações, 3 empregados em 3 formações e um colaborador participou mesmo em quatro.



**Formação_Distribuição por Instituições Formadoras**

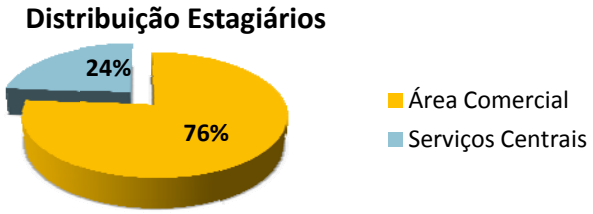


## Estágios

Ao longo do ano de 2013 a forte procura ao nível de pedidos de emprego e de estágios manteve-se e, apesar da conjuntura menos favorável, o Banco mesmo assim proporcionou 17 estágios, tendo-se verificado uma redução de 07 estágios comparativamente com o ano transacto. Tal atitude levou em consideração a preocupação a nível social e o intuito de contribuir para minimizar a inactividade laboral




Apesar de 2013 ter sido um ano de recessão económica a nível mundial, os colaboradores não deixaram de ser beneficiados. Neste sentido, registou-se um aumento do salário no montante de 1.110 CVE, com entrada em vigor a 01 de Janeiro de 2013 e igual para todos os Colaboradores, facto que ocorreu pela primeira vez e que teve como objectivo o nivelamento do aumento salarial tendo em conta a conjuntura actual.

# 4. - Responsabilidade Social

Enquadrada na sua política de responsabilidade social, o Banco Interatlântico, continuou a apoiar durante o ano de 2013, diversas iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, igrejas, associações e ONG's nos domínios do desporto, da cultura, da educação, da saúde e das autarquias locais, quer sob a forma de patrocínio quer sob a forma de donativo.

Registou-se uma ligeira variação positiva de 2,22% face ao ano anterior, que corresponde em termos de valor a um aumento de aproximadamente 203 cts, dos patrocínios e donativos concedidos.

O Banco aprovou, durante o ano transacto, 16 donativos no montante de 3.055 cts e 21 patrocínios, no montante de 6.306 cts (no total de 9.361cts). Os donativos e patrocínios representaram cerca de 12,74% dos resultados líquidos do Banco, elencados da seguinte forma:

Mil CVE

| Patrocínios | Valor |
|---|---|
| Educação | 92 |
| Autarquias | 280 |
| Cultura | 2.761 |
| ONG's | 932 |
| Desporto | 1.170 |
| Associação de empregados | 800 |
| Outros | 270 |
| **Total** | **6.306** |

Mil CVE

| Donativos | Valor |
|---|---|
| ONG's | 2.260 |
| Associação de Empregados do BI | 420 |
| Saúde | 173 |
| Educação | 53 |
| Igreja | 120 |
| Outros | 30 |
| **Total** | **3.055** |

# 5. - Análise da situação económico-financeira

## 5.1.- Evolução do Balanço

O activo total líquido ascendeu a 19.793.073 no final de dezembro de 2013 contra 18.367.742 apurados em igual período de 2012. O aumento de 1.425.331 (+7,76%) reflete, sobretudo, o crescimento das aplicações em instituições de crédito (+2.285.601 contos), Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (24.228 contos; +53,81%), rubrica disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (368.505 contos; +131,48%) e outros activos (8.689 contos; +29,06%).

No tocante ao passivo, salienta-se o crescimento de 1.383.647 contos (+8,77%) observado nos recursos de clientes, que representam 94,92% do valor total do passivo. Por sua vez, os recursos em outras instituições de crédito registaram um decréscimo de -36.997 contos (-14,24%). Esta ultima reflete a redução do financiamento obtidos junto da Caixa Geral Depósitos - França e Agência Francesa de Desenvolvimento.

O crescimento do volume de negócio de balanço da atividade bancária tendo aumentado 3,99% face ao ano anterior fruto do aumento de 8,73% dos recursos dos clientes.

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | |
|---|---|---|---|---|
| **Volume de Negócio** | **31.473.374** | **32.729.215** | **1.255.840** | **3,99%** |
| **Crédito Bruto ( Incluido Titulos da Divida Pública)** | **15.851.963** | **15.739.185** | **-112.778** | **-0,71%** |
| De Dívida Pública Caboverdiana | 1.465.940 | 1.376.474 | -89.466 | -6,10% |
| Outros créditos e valores a receber (titulados) | 631.746 | 630.178 | -1.568 | -0,25% |
| Crédito não representado p/valores mobiliários Bruto | 13.754.277 | 13.732.533 | -21.744 | -0,16% |
| **Recursos de clientes** | **15.611.951** | **16.975.497** | **1.363.546** | **8,73%** |
| Depósitos de Clientes | 14.213.822 | 16.274.499 | 2.060.677 | 14,50% |
| Títulos Tesouro -Mercado Secundário | 1.383.600 | 684.000 | -699.600 | -50,56% |
| Outros Recursos | 14.529 | 16.998 | 2.468 | 16,99% |
| **Recursos - conta caução** | **9.460** | **14.533** | **5.073** | **53,62%** |

( Não inlcui os juros)

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Dez-13/ Dez-12 Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **ACTIVO** | **18.367.742** | **19.793.073** | **1.425.331** | **7,76%** |
| Caixa e Disponibilidades em Bancos Central | 1.758.436 | 745.547 | -1.012.889 | -57,60% |
| Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito | 280.283 | 648.788 | 368.505 | 131,48% |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 327.138 | 330.680 | 3.541 | 1,08% |
| Aplicações em Instituições de Crédito | 1.025.663 | 3.311.265 | 2.285.601 | 222,84% |
| Titulos de Divída Pública | 1.485.375 | 1.397.776 | -87.599 | -5,90% |
| Crédito a clientes | 13.067.794 | 12.913.620 | -154.173 | -1,18% |
| Activos não correntes detidos para venda | 11.111 | 11.111 | 0 | 0,00% |
| Outros activos tangíveis | 289.757 | 288.319 | -1.438 | -0,50% |
| Activos intangíveis | 2.816 | 1.813 | -1.003 | -35,61% |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunt | 45.022 | 69.250 | 24.228 | 53,81% |
| Activos por impostos Correntes/diferidos | 44.445 | 36.313 | -8.132 | -18,30% |
| Outros activos | 29.902 | 38.591 | 8.689 | 29,06% |
| **PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO** | **18.367.742** | **19.793.073** | **1.425.331** | **7,76%** |
| Recursos de Instituições de Crédito | 259.889 | 222.892 | -36.997 | -14,24% |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 15.772.730 | 17.156.377 | 1.383.647 | 8,77% |
| Passivos Subordinados | 514.017 | 514.017 | 0 | 0,00% |
| Passivos por impostos Correntes/diferidos | 5.354 | 5.355 | 1 | 0,02% |
| Outros passivos | 173.217 | 175.762 | 2.545 | 1,47% |
| Capital Social | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 | 0,00% |
| Prémios de emissão | 388 | 388 | 0 | 0,00% |
| Reservas de reavaliação | 13.005 | 15.644 | 2.638 | 20,29% |
| Outras reservas e resultados transitados | 504.600 | 629.141 | 124.541 | 24,68% |
| Resultado do exercício | 124.541 | 73.496 | -51.044 | -40,99% |

A rubrica “caixa” atingiu o montante de 695.366 contos, sendo 232.981 contos relativo a notas e moedas nacionais e 462.384 em divisas. A rubrica “depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde” inclui os depósitos de carácter obrigatório que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição das disponibilidades mínimas de caixa. O coeficiente, é de 18% desde de Janeiro de 2012.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias no último período de observação do ano teve em consideração o valor dos saldos médios dos depósitos

junto do Banco de Cabo Verde durante o período de 16 a 31 Dezembro 2013, que se situou em 3.033.371 contos, enquanto a disponibilidade mínima de caixa obrigatória se situou em 2.130.110 contos (correspondente a 18% dos saldos médios de depósitos no período de 1 a 15 de dezembro), registando um excesso de reservas de 903.261 contos. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta junto do Banco de Cabo Verde totalizaram 50.181 contos, evidenciando uma redução de -95,06% (966.592 contos), essa variação resultou-se da aplicação em overnigt no último dia do ano.

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Caixa e Disponibilidades em Bancos Central** | **1.758.436** | **745.547** | **-1.012.889** | **-57,60%** |
| **Caixa** | **741.663** | **695.366** | **-46.297** | **-6,24%** |
| Em moeda nacional | 276.092 | 232.981 | -43.111 | -15,61% |
| Em divisas | 465.570 | 462.384 | -3.186 | -0,68% |
| **Banco de Cabo Verde** | **1.016.773** | **50.181** | **-966.592** | **-95,06%** |

Nas **disponibilidades em outras Instituições de crédito** são considerados os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro e que dizem respeito a valores recebidos nos últimos dias do ano e que foram enviados para cobrança já nos primeiros dias úteis de 2013.

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito** | **280.283** | **648.788** | **368.505** | **131,48%** |
| **Outras Disponibilidades sobre IC`s no País** | **62.640** | **70.968** | **8.328** | **13,30%** |
| Cheques a Cobrar | 46.572 | 49.206 | 2.633 | 5,65% |
| Depósitos à ordem | 16.068 | 21.763 | 5.695 | 35,44% |
| **Disponibilidades sobre IC`s no Estrangeiro** | **217.643** | **577.819** | **360.177** | **165,49%** |
| Cheques a Cobrar | 23.360 | 16.332 | -7.028 | -30,09% |
| Depósitos à ordem | 194.283 | 561.488 | 367.205 | 189,01% |

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de **títulos da dívida pública** era composta exclusivamente por obrigações do tesouro, no montante total de 1.397.776 contos

sendo o valor de capital 1.376.474 contos e os juros a receber de 21.302 contos. A taxa média das obrigações era de 5,67%.

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Títulos da dívida pública** | **1.485.375** | **1.397.776** | **-87.599** | **-5,90%** |
| De Dívida Pública Caboverdiana | 1.465.940 | 1.376.474 | -89.466 | -6,10% |
| Rendimentos receber Banco | 19.435 | 21.302 | 1.867 | 9,61% |

Os **activos tangíveis (brutos),** ascenderam o montante 924.814 contos representando um crescimento de 5,72%, face a dezembro 2012. O incremento desta rubrica é influenciado significativamente pelo registo dos investimentos efetuados no período com aquisições quatro imoveis; reabilitação de edifícios arrendados; e aquisição de equipamento diversos.

Os **activos intangíveis** registaram um decréscimo de 35,61% face a dezembro de 2012. As aquisições ocorridas durante o ano referem-se, essencialmente em software mais precisamente projeto imagem de cheque, que se encontra em curso.

Mil CVE

| Activos Intangveis e Tangíveis | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Activos Tangiveis** | **289.757** | **288.319** | **-1.438** | **-0,50%** |
| **Activos Tangiveis Bruto** | **874.780** | **924.814** | **50.034** | **5,72%** |
| Terreno | 38.732 | 41.594 | 2.862 | 7,39% |
| Imóveis de Serviço Próprio | 114.444 | 149.614 | 35.170 | 30,73% |
| Outras Despesas em Edifícios Arrendados | 259.719 | 263.382 | 3.663 | 1,41% |
| Mobiliário e material | 44.514 | 47.503 | 2.989 | 6,71% |
| Máquinas de uso administrativo | 24.926 | 25.472 | 545 | 2,19% |
| Equipamento informático | 247.443 | 254.178 | 6.734 | 2,72% |
| Equipamento de transmissão | 14.090 | 14.393 | 303 | 2,15% |
| Material de Transporte | 76.219 | 70.219 | -6.000 | -7,87% |
| Equipamento de segurança | 12.175 | 13.814 | 1.639 | 13,46% |
| Outro equipamento | 42.361 | 44.490 | 2.129 | 5,03% |
| Outras activos Tangíveis | 157 | 157 | 0 | 0,00% |
| **Amortizações Acumuladas** | **567.350** | **618.822** | **51.472** | **9,07%** |
| **imparidade Outros activos tangíveis** | **17.673** | **17.673** | **0** | **0,00%** |
| **Activos Intangiveis** | **2.816** | **1.813** | **-1.003** | **-35,61%** |
| Sistemas de Software | 81.713 | 82.474 | 761 | 0,93% |
| Amortizações Acumuladas | 78.897 | 80.661 | 1.764 | 2,24% |

**Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos -** Em 31 de dezembro, o saldo dessa rúbrica apresentam a seguinte composição:

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos** | **45.022** | **69.250** | **24.228** | **53,81%** |
| Sistema de Pagamentos Automático - SISP | 45.022 | 54.250 | 9.228 | 20,50% |
| Sociedade de Garantia Mútua, Sa | 0 | 15.000 | 15.000 | 100,00% |

Em Julho de 2013, o Banco Interatlântico adquiriu 15.000 acções no valor nominal de 1.000,00 da empresa CVGarante – Sociedade Garantia Mútua. S. A. o que corresponde ao 15% das participações da empresa. A variação que se verifica anível das participações junto da Sisp justifica-se a valorização das participações com base nas contas provisórias de Dezembro de 2013.

Nos **outros activos,** registaram um acréscimo de 8.689 contos (+29,06) face ao mesmo período ao ano anterior. A imparidade para os outros activos fixaram em 14.518 contos.

Mil CVE

| Outros Activos | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| Comissõese Juros a Receber do estado | 7.066 | 7.600 | 534 | 7,55% |
| Património Artístico | 606 | 606 | 0 | 0,00% |
| Proveitos Deferidas | 2.127 | 2.899 | 772 | 36,29% |
| Custos Deferidos | 4.839 | 6.137 | 1.298 | 26,82% |
| Falhas de Caixa | 1.789 | 6.469 | 4.680 | 261,60% |
| Fundo Maneio | 210 | 230 | 20 | 9,52% |
| Cheques em trânsito | 9.162 | 3.270 | -5.892 | -64,31% |
| Outros Devedores | 9.770 | 25.898 | 16.127 | 165,07% |
| **Imparidade** | **-5.669** | **-14.518** | 8.850 | 156,12% |
| **Outros Activos Líquidos** | **29.902** | **38.591** | **8.689** | **29,06%** |

A nível do **passivo,** justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

Os "**recursos em outras instituições de crédito**" representam 1,23% do valor total do passivo. Os recursos em Instituições de crédito registaram um decréscimo de -36.997 contos (-14,24%). Essa redução reflete a redução do financiamento obtidos junto da Caixa Geral Depósitos -França e Agência Francesa de Desenvolvimento " AFD".

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Recursos de IC's** | **259.889** | **222.892** | **-36.997** | **-14,24%** |
| Do país | 79.460 | 118.895 | 39.435 | 49,63% |
| Do estrangeiro | 177.907 | 102.542 | -75.366 | -42,36% |
| Encargos a pagar | 2.522 | 1.455 | -1.067 | -42,29% |

Nas **responsabilidades representadas por títulos** está registada a emissão de obrigações subordinadas subscrita em Julho de 2008 no montante de 500.000.000$00, cuja taxa, após a realização de uma Assembleia Geral de Obrigacionistas em 2009, passou a ser fixa de 6,0% até Julho de 2013 e 6,375 até a maturidade.

Nos **outros passivos** registaram um acréscimo de 1,47%, sendo que os recursos conta caução dos créditos documentários e créditos viaturas aumentarem 5.073 contos (53,62%) e outros passivos decresceram em -2.528 contos (-1,54%).

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Outros passivos** | **173.217** | **175.762** | **2.545** | **1,47%** |
| Recursos - conta caução | 9.460 | 14.533 | 5.073 | 53,62% |
| Outros passivos | 163.757 | 161.229 | -2.528 | -1,54% |

Os outros passivos têm o seguinte desdobramento:

Mil CVE

| Outros Passivos | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| Recursos - conta caução | 9.460 | 14.533 | 5.073 | 53,62% |
| Imposto retido na fonte | 18.645 | 18.105 | -540 | -2,90% |
| Pensão a pagar aos pensionistas | 54.327 | 42.740 | -11.587 | -21,33% |
| Outros custos com pessoal | 29.065 | 32.187 | 3.122 | 10,74% |
| Custo administrativos Pagar | 17.117 | 21.795 | 4.679 | 27,33% |
| Outros credores | 911 | 4.718 | 3.807 | 417,85% |
| Sobra de Caixa | 1.606 | 1.959 | 353 | 21,97% |
| Anuidades dos Cartões R24 | 6.189 | 1.815 | -4.374 | -70,67% |
| Outras Comissões deferidos | 9.805 | 12.667 | 2.861 | 29,18% |
| Anuidades dos Cartões Visa | 10.353 | 2.191 | -8.162 | -78,84% |
| Conta caução - compensação | 1.938 | 8.507 | 6.569 | 339,05% |
| Compensação Sisp | 8.809 | 4.056 | -4.753 | -53,96% |
| Cheques devolvidos | 1.358 | 1.380 | 22 | 1,60% |
| ATM - VINTI 4 | 1.593 | 5.790 | 4.197 | 263,47% |
| Visa - Contas Pagamento | 2.042 | 3.319 | 1.277 | 62,56% |
| **Total** | **173.217** | **175.762** | **2.545** | 1,47% |

## 5.2.- Demonstração de Resultados

O resultado líquido fixou-se em 73.496 contos, evidenciando um decréscimo de 51.044 contos (-40,99%) face ao ano anterior, refletindo a evolução desfavorável da margem financeira (85.830 contos -12,77%), da margem complementar (-9.022 contos -3,95%) e o aumento do custo de estrutura (5.071 contos +0,97%).

A **margem financeira** situou-se em 586.127 contos em 2013, reduzindo -85.830 contos (-12,77%) face aos 671.958 registados em 2012. A redução da margem financeira explica-se principalmente pela redução dos juros e comissões associados ao crédito concedido em 20.956 contos (-32,74%), aumento dos créditos na situação vencido; diminuição do volume do crédito concedido durante o ano. Os juros e encargos similares em registaram um aumento de + 51.952 contos (+9,40%) face ao mesmo período do ano anterior, o que é justificado pelo aumento dos recursos dos clientes.

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Margem Financeira** | **671.958** | **586.127** | **-85.830** | **-12,77%** |
| **Juros e Rendimentos Similares** | **1.224.353** | **1.190.475** | **-33.878** | **-2,77%** |
| **Juros e rendimentos crédito concedido** | **1.220.664** | **1.184.111** | **-36.553** | **-2,99%** |
| Descontos | 7.891 | 3.068 | -4.823 | -61,12% |
| Créditos em conta corrente | 128.720 | 126.600 | -2.120 | -1,65% |
| Descobertos | 40.286 | 55.074 | 14.788 | 36,71% |
| Outros créditos | 20.379 | 13.621 | -6.758 | -33,16% |
| Empréstimos | 747.037 | 735.232 | -11.805 | -1,58% |
| Recuperação de juros vencidos | 73.315 | 59.602 | -13.713 | -18,70% |
| Credito ao pessoal | 8.149 | 9.002 | 853 | 10,47% |
| Comissões recebidos associadas aos Custos Amortizados | 64.002 | 43.046 | -20.956 | -32,74% |
| Outros créditos e valores a receber (titulados) | 130.886 | 138.866 | 7.980 | 6,10% |
| De Dívida Pública Caboverdiana | 84.241 | 90.105 | 5.864 | 6,96% |
| De outros residentes | 46.644 | 48.761 | 2.116 | 4,54% |
| **Juros de Aplicações em IC's** | **3.689** | **6.364** | **2.675** | **72,51%** |
| Juros de aplicações em IC's no país | 3.391 | 6.236 | 2.845 | 83,90% |
| Juros de aplicações em IC's no estrangeiro | 298 | 129 | -170 | -56,91% |
| **Juros e Encargos Similares** | **552.395** | **604.348** | **51.952** | **9,40%** |
| **Juros de Depósitos de Clientes** | **423.785** | **493.017** | **69.231** | **16,34%** |
| Ordem | 24.500 | 30.666 | 6.166 | 25,17% |
| A prazo sector público | 48.365 | 59.795 | 11.429 | 23,63% |
| A prazo residentes | 181.901 | 200.528 | 18.627 | 10,24% |
| A prazo não residentes | 43.177 | 55.371 | 12.193 | 28,24% |
| Poupança jovem | 6.947 | 5.541 | -1.405 | -20,23% |
| Poupança Emigrantes | 118.895 | 141.115 | 22.220 | 18,69% |
| **Titulos Mercado Secundário** | **67.982** | **64.161** | **-3.820** | **-5,62%** |
| **Juros de Recursos de IC's** | **22.613** | **9.685** | **-12.928** | **-57,17%** |
| **Outros Juros** | **8.015** | **7.484** | **-531** | **-6,63%** |
| **Passivos Subordinados** | **30.000** | **30.000** | **0** | **0,00%** |

A **margem complementar** registou uma redução de -9.022 contos (-3,95%), relativamente a dezembro de 2012, essa evolução explica-se pela diminuição de rendimentos de instrumentos de capital em 10.210 contos (-78.67%), resultados de reavaliação cambial em 11.537 contos (-23,80%) e outros resultados de exploração em 565 contos (-1,62%). Também é de salientar que as comissões líquidas totalizaram 130.248 contos, evidenciando um crescimento de 14.976 (13,0%).

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Margem Complementar** | **228.235** | **219.213** | **-9.022** | **-3,95%** |
| **Rendimentos de instrumentos de capital** | **12.978** | **2.768** | **-10.210** | **-78,67%** |
| **Rendimentos dos Outros Serviços Prestados** | **138.832** | **151.979** | **13.147** | **9,47%** |
| **Por garantias prestadas** | **46.997** | **40.413** | **-6.584** | **-14,01%** |
| Garantias e avales | 46.997 | 40.413 | -6.584 | -14,01% |
| **Outras operações sobre instrumentos financeiros** | **45.404** | **46.684** | **1.279** | **2,82%** |
| Outras operações sobre instrumentos financeiros | 45.404 | 46.684 | 1.279 | 2,82% |
| **Por Serviços Prestados** | **45.189** | **64.795** | **19.606** | **43,39%** |
| Transferências de Valores | 663 | 756 | 93 | 13,97% |
| Gestão de cartões | 23.200 | 26.135 | 2.935 | 12,65% |
| Anuidades | 6.057 | 21.913 | 15.856 | 261,80% |
| Prestação serviço diversos | 15.269 | 15.991 | 722 | 4,73% |
| **Por Operações Realizadas** | **1.242** | **88** | **-1.154** | **-92,91%** |
| Sobre títulos - em operações da bolsa valores | 1.242 | 88 | -1.154 | -92,91% |
| **Encargos com serviços e comissões** | **23.561** | **21.732** | **-1.830** | **-7,77%** |
| Garantias e avales | 965 | -441 | -1.406 | -145,73% |
| Outros Serviços Prestados | 22.597 | 22.173 | -424 | -1,88% |
| **Resultado em activos Disponíveis Para Venda** | **651** | **0** | **-651** | **-100,00%** |
| Resultado em activos Disponíveis Para Venda | 651 | 0 | -651 | -100,00% |
| **Resultados de Reavaliação Cambial** | **48.477** | **36.941** | **-11.537** | **-23,80%** |
| **Perdas em operações cambiais** | **13.225** | **12.779** | **-446** | **-3,37%** |
| Em divisas | 7.258 | 5.895 | -1.363 | -18,78% |
| Notas e moedas estrangeiras | 5.967 | 6.885 | 918 | 15,38% |
| **Ganhos em operações cambiais** | **61.702** | **49.720** | **-11.982** | **-19,42%** |
| Em divisas | 37.244 | 29.806 | -7.438 | -19,97% |
| Notas e moedas estrangeiras | 24.458 | 19.914 | -4.544 | -18,58% |
| **Resultados de alienação de outros activos** | **2.162** | **1.125** | **-1.037** | **-47,95%** |
| **Outros Resultados de Exploração** | **48.696** | **48.132** | **-565** | **-1,16%** |
| **Outros Encargos e Gastos Operacionais** | **26.395** | **21.307** | **-5.087** | **-19,27%** |
| **Impostos Indirectos** | **18.448** | **15.416** | **-3.032** | **-16,43%** |
| Imposto sobre transporte rodovário | 84 | 74 | -10 | -12,32% |
| Taxas | 5.527 | 3.965 | -1.562 | -28,26% |
| Outras custos de expoloração | 12.837 | 11.377 | -1.459 | -11,37% |
| **Quotizações e Donativos** | **3.613** | **3.207** | **-407** | **-11,26%** |
| **Outros Encargos e Gastos Operacionais** | **4.333** | **2.684** | **-1.649** | **-38,05%** |
| **Outros Rendimentos e Receitas Operacionais** | **75.091** | **69.439** | **-5.652** | **-7,53%** |
| Reembolso de despesas | 48 | 47 | 0 | -0,84% |
| Rendimentos da prestação de serviços diversos | 19.127 | 22.903 | 3.775 | 19,74% |
| Taxa de Serviços | 42.960 | 36.786 | -6.174 | -14,37% |
| Outros Redimentos e Receitas Operacionais | 12.956 | 9.703 | -3.253 | -25,11% |

O **produto bancário**, em consequência da redução das margem financeira e da margem complementar, atingiu o valor de 805.340 contos evidenciando uma redução de 94.853 contos (-10,54%) comparado com dezembro de 2012.

Os **custos de estrutura** – (custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações) – aumentarem 5.071 contos (+0,97%) face a ano de 2012. O indicador "custos de estrutura em percentagem do produto bancário" – Cost to income – situou-se em 65,85% enquanto em 2012 foi de 58,35%, esse agravamento justifica-se pelo aumento do custo de estrutura e pela evolução desfavorável do Produto Bancário.

Em relação a 2013, os **custos com pessoal** totalizaram 216.947 contos em 2013, registando desta forma um aumento de 7.421 contos (+3,54%) face aos 209.525 contos observados. A evolução dos gastos com pessoal foi determinada pelo aumento do quadro de pessoal, pela reclassificação e promoção dos colaboradores, progressão dos colaboradores por antiguidade; reajustamento salarial de 1.110,00 por colaborador; pela atualização do subsídio de alimentação.

Os **gastos administrativos** situaram-se 259.016 contos em 2013, que compara com 257.246 contos em 2012 (+0,69%). Este ligeiro aumento, reflete sobretudo a evolução dos gastos associados publicidade e edição de publicações; seguros; água, energia, combustível, comunicações; conservação e reparação e comunicações, entre outros gastos com fornecimentos e serviços de terceiros. O comportamento acima referido foi parcialmente mitigado pela contenção de custos alcançado em gastos associados, deslocações e estadas, despesas de representação; Impressos e materiais; rendas e aluguer e outros fornecimentos e serviços de terceiros.

As **amortizações do exercício** fixaram-se em 54.361 contos, um decréscimo de 4.119 contos (-7,04%) face ao período homólogo.

Mil CVE

| | Dez-12 | Dez-13 | Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| **Custo de Estrutura** | **525.252** | **530.323** | **5.071** | **0,97%** |
| **Custos com pessoal** | **209.525** | **216.947** | **7.421** | **3,54%** |
| Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização | 27.960 | 27.228 | -732 | -2,62% |
| Remuneração de empregados | 126.294 | 132.335 | 6.041 | 4,78% |
| Remuneração adicionais | 4.999 | 5.668 | 670 | 13,40% |
| Outras remunerações | 27.424 | 30.255 | 2.832 | 10,33% |
| Encargos sociais | 22.849 | 20.760 | -2.090 | -9,14% |
| Outros custos com pessoal | 0 | 700 | 700 | #DIV/0! |
| **Gastos gerais administrativos** | **257.246** | **259.016** | **1.770** | **0,69%** |
| Agua, Energia E Combustiveis | 22.920 | 24.032 | 1.112 | 4,85% |
| Impressos e Material de Consumo | 11.886 | 11.212 | -674 | -5,67% |
| Publicações | 250 | 0 | -250 | -100,00% |
| Outros Fornecimentos De Tercei | 1.068 | 1.265 | 197 | 18,44% |
| Rendas E Alugueres | 28.314 | 27.207 | -1.107 | -3,91% |
| Comunicacoes E Desp De Expedic | 15.272 | 16.116 | 844 | 5,53% |
| Deslocacoes, Estadas E Represe | 5.977 | 5.590 | -387 | -6,47% |
| Publicidade E Edicao De Public | 19.276 | 23.423 | 4.146 | 21,51% |
| Conservacao E Reparacao | 7.376 | 7.894 | 518 | 7,02% |
| Transportes | 7.194 | 8.064 | 871 | 12,10% |
| Formacao De Pessoal | 11.908 | 6.615 | -5.293 | -44,45% |
| Seguros | 9.160 | 10.722 | 1.562 | 17,05% |
| Servicos Especializados | 114.559 | 114.806 | 246 | 0,21% |
| Outros Servicos De Terceiros | 2.087 | 2.070 | -16 | -0,79% |
| **Amortizações do Exercício** | **58.480** | **54.361** | **-4.119** | **-7,04%** |
| **De outros activos intangíveis** | **2.515** | **1.764** | **-751** | **-29,86%** |
| De outros activos intangíveis | 2.515 | 1.764 | -751 | -29,86% |
| **Outros activos tangíveis** | **55.965** | **52.597** | **-3.368** | **-6,02%** |
| De imóveis de serviço | 1.913 | 2.382 | 469 | 24,50% |
| Obras em edfícios arrendados | 13.437 | 13.773 | 336 | 2,50% |
| De equipamento | 40.615 | 36.443 | -4.173 | -10,27% |

A **imparidade do crédito, líquido** de anulações e reversões, ascendeu 196.923 contos nos exercícios.

A **Imparidade de outros activos líquidos**, atingiram no ano 8.850 conto.

O **resultado líquido** de 2013 foi de 73.496 contos o que comparativamente ao ano anterior evidencia uma diminuição de 51.044 contos (-40,99%).

## 5.3.- Rácios Prudenciais

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com um valor de 12,56%, abaixo do ano transacto (14,36%), mas acima do limite legal de 10%

Esta diminuição extraordinária deveu-se a um reforço das provisões, por via das provisões económicas, na sequência duma recomendação do Banco Central.

Os fundos próprios elegíveis atingirão o valor de 1.857.552 contos e os fundos próprios de base os 1.405.804 contos.

| Gestão do Capital | Dezembro de 2012 | Dezembro de 2013 | Variação |
|---|---|---|---|
| **Fundos Próprios de Base** | **1.564.443** | **1.405.805** | **(158.638)** |
| Capital Social | 1.000.000 | 1.000.000 | - |
| Reservas e Prémios | 651.385 | 775.926 | 124.541 |
| Resultado Líquido | 62.270 | 36.748 | (25.522) |
| Resultados Transitados e outros (Impacto transicção para NIRF) | (149.212) | (148.209) | 1.003 |
| Provisões adicionais | - | (258.660) | (258.660) |
| **Fundos Próprios Complementares** | **506.503** | **507.822** | **1.319** |
| Obrigações subordinadas | 500.000 | 500.000 | - |
| Deduções aos Fundos Próprios Complementares | 6.503 | 7.822 | 1.319 |
| **Deduções aos Fundos Próprios totais** | **29.232** | **56.075** | **26.843** |
| Participações em Instituições de Crédito | 29.232 | 44.964 | 15.732 |
| Excesso na concentração de risco | - | - | - |
| Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio | - | 11.111 | 11.111 |
| **Total dos Fundos Próprios Elegíveis** | **2.041.714** | **1.857.552** | **(184.162)** |
| **Total do Activo Ponderado** | **14.213.957** | **14.790.931** | **576.974** |

| Rácios | Dezembro de 2012 | Dezembro de 2013 | Variação |
|---|---|---|---|
| Fundos Proprios de Base | 11,01% | 9,50% | -1,50% |
| Fundos Próprios Complementares | 3,56% | 3,43% | -0,13% |
| Deduções aos Fundos Próprios totais | -0,21% | -0,38% | -0,17% |
| **Rácio de Solvabilidade** | **14,36%** | **12,56%** | **-1,81%** |

Em relação aos outros rácios prudenciais, o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

| Rácio Prudencial | Valor Mínimo | Valor observado em 2013 |
|---|---|---|
| Cobertura do Imobilizado | 100% dos Fundos Próprios | 180,52% |
| Cobertura de Responsabilidades | | |
| Exigíveis até 7 dias | 20,00% | 165,46% |
| Exigíveis até 30 dias | 20,00% | 24,51% |
| Exigíveis até 90 dias | 20,00% | 32,44% |
| Exigíveis em prazo> 90 dias | 20,00% | 23,79% |
| Títulos da Dívida Pública | 813.725 contos | 1.376.474 contos |

# 6. - Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes dignos de registo.

# 7. - Proposta de Afectação de resultados

Considerando:
O nível confortável do Rácio de Solvabilidade do Banco Interatlântico;

Que os acionistas do Banco tem respondido com prontidão aos pedidos de aumento de capital quando solicitados;

Que os resultados do exercício de 2012 foram incorporados na sua totalidade nas reservas;

Propõe-se a seguinte afetação dos resultados do exercício 2013.

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- Os restantes a afectar a Outras Reservas

Dstribuição de resultados 2013

| | **Distribuição** | % |
|---|---|---|
| Lucro liquido | 73.496.064,87 | 100,0% |
| Reserva Legal (10%) | 7.349.606,49 | 10,0% |
| Outras Reservas | 66.146.458,38 | 90,0% |

# 8. - Considerações finais

O Exercício económico de 2013 foi seguramente um dos mais difíceis para a banca nacional, devido ao agravamento da situação económica e financeira das empresas cabo-verdianas, na sequencia do aprofundamento dos efeitos da crise económica e financeira que afeta o país.

O Banco Interatlântico viu o seu desempenho negativamente afetado pelos efeitos da crise. Destaca-se positivamente o desempenho alcançado a nível da captação de recursos.

Contudo estes esforços não foram suficientes para compensar, a nível dos resultados, os efeitos conjuntos da redução do crédito, do aumento dos depósitos e dos seus custos e do aumento do crédito vencido.

A margem financeira registou uma diminuição de 12,77% e a margem completar uma diminuição de 3,95%, contribuindo para uma diminuição produto bancário de -10,54%.

O resultado líquido registou uma diminuição de 40,99%, em resultado da diminuição do produto bancário e do aumento das imparidades.

O crédito vencido registou um aumento significativo em relação ao ano anterior devido ao agravamento da situação económica e financeira das empresas, segmento que representam o grosso da carteira de crédito do Banco.

Pelos resultados alcançados, agradecemos em primeiro lugar os nossos clientes pela confiança e preferência demonstradas.

Os nossos agradecimentos vão ainda para as seguintes entidades:

Os nossos acionistas, pela confiança depositada no Conselho da Administração e pela atenção com que acompanham o desenvolvimento da Instituição.

O Banco de Cabo Verde, pela sua reforçada atenção em matéria de supervisão e pelos esforços permanentes, visando garantir a solidez e a credibilidade do sistema financeiro nacional, num contexto particularmente difícil.

Os membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento das atividades do Banco;

Os trabalhadores e colaboradores do Banco, pela dedicação, profissionalismo e os esforços consentidos para consecução dos objetivos alcançados.

Praia, 26 de Maio de 2014.

Jorge Fernando Gonçalves Alves

Teófilo Figueiredo Almeida Silva

Manuel Fernando Monteiro Pinto

António Carlos Moreira Semedo

Luís de Carvalho Machado

# 9. ANEXOS

**BALANÇO 2013**

| ACTIVO | Dez-13 | | | Dez-12 | Dez 13/Dez 2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo Bruto | Provisões, imparidade e amortizações | Activo líquido | | Variação | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 745.546.770 | 0 | 745.546.770 | 1.758.435.807 | -1.012.889.036 | -57,60% |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 648.787.833 | 0 | 648.787.833 | 280.282.523 | 368.505.310 | 131,48% |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 370.762.100 | -40.082.275 | 330.679.825 | 327.138.409 | 3.541.416 | 1,08% |
| Aplicações em instituições de crédito | 3.311.264.638 | 0 | 3.311.264.638 | 1.025.663.400 | 2.285.601.238 | 222,84% |
| Títulos de Dívida Pública | 1.397.775.780 | 0 | 1.397.775.780 | 1.485.374.814 | -87.599.034 | -5,90% |
| Crédito a clientes | 14.302.123.796 | -1.388.503.395 | 12.913.620.402 | 13.067.793.673 | -154.173.271 | -1,18% |
| Activos não correntes detidos para venda | 11.111.000 | 0 | 11.111.000 | 11.111.000 | 0 | 0,00% |
| Outros activos tangíveis | 924.814.418 | -636.494.931 | 288.319.487 | 289.757.159 | -1.437.672 | -0,50% |
| Activos intangíveis | 82.474.389 | -80.661.427 | 1.812.962 | 2.815.608 | -1.002.646 | -35,61% |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos cor | 69.250.118 | 0 | 69.250.118 | 45.022.113 | 24.228.005 | 53,81% |
| Activos por impostos correntes | 36.313.177 | 0 | 36.313.177 | 33.561.336 | 2.751.841 | 8,20% |
| Activos por impostos diferidos | 0 | 0 | 0 | 10.884.150 | -10.884.150 | -100,00% |
| Outros activos | 53.108.967 | -14.518.385 | 38.590.582 | 29.901.880 | 8.688.702 | 29,06% |
| **Total do Activo** | **21.953.332.985** | **-2.160.260.413** | **19.793.072.573** | **18.367.741.871** | **1.425.330.702** | **7,76%** |
| **PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO** | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | | | 222.892.075 | 259.889.060 | -36.996.984 | -14,24% |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | | | 17.156.377.254 | 15.772.730.084 | 1.383.647.170 | 8,77% |
| Passivos Subordinados | | | 514.017.241 | 514.017.241 | 0 | 0,00% |
| Provisões | | | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivos por impostos correntes | | | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivos por impostos diferidos | | | 5.354.670 | 5.353.604 | 1.066 | 0,02% |
| Outros passivos | | | 175.762.170 | 173.217.140 | 2.545.030 | 1,47% |
| **Total do Passivo** | | | **18.074.403.410** | **16.725.207.128** | **1.349.196.282** | **8,07%** |
| Capital | | | 1.000.000.000 | 1.000.000.000 | 0 | 0,00% |
| Prémios de emissão | | | 388.453 | 388.453 | 0 | 0,00% |
| Reservas de reavaliação | | | 15.643.589 | 13.005.234 | 2.638.355 | 20,29% |
| Outras reservas | | | 775.537.448 | 650.996.821 | 124.540.627 | 19,13% |
| resultados Transitados | | | 0 | 0 | 0 | - |
| Resultados transitados ajustamentos | | | -146.396.392 | -146.396.392 | 0 | 0,00% |
| Resultado do exercício | | | 73.496.065 | 124.540.627 | -51.044.562 | -40,99% |
| **Total do Capital próprio** | | | **1.718.669.163** | **1.642.534.743** | **76.134.420** | **4,64%** |
| **Total do Passivo e do Capital Próprio** | | | **19.793.072.573** | **18.367.741.871** | **1.425.330.702** | **7,76%** |

Coordenadora Gabinete Controle Planeamento

Maria Idalsisa da Costa Martins

O Presidente Conselho de Administração

Jorge Fernando Gonçalves Alves

**Demonstração de Resultado 2013**

| | Dez-13 | Dez-12 | Dez 13/Dez 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| **Juros e rendimentos similares** | **1.190.475.054** | **1.224.353.290** | **-2,77%** | **-33.878.236** |
| **Juros e Rendimentos Créditos** | **1.184.110.904** | **1.220.664.050** | **-2,99%** | **-36.553.146** |
| Juros Crédito não rep. por valores mobiliários | 1.002.199.685 | 1.025.776.344 | -2,30% | -23.576.659 |
| Juros dos Títulos de dívida | 90.105.068 | 84.241.419 | 6,96% | 5.863.650 |
| Juros titulos dos outros residentes | 48.760.565 | 46.644.282 | 4,54% | 2.116.283 |
| Comissões dos Creditos | 43.045.586 | 64.002.006 | -32,74% | -20.956.420 |
| Juros das Aplicações | 6.364.150 | 3.689.240 | 72,51% | 2.674.910 |
| **Juros e encargos similares** | **604.347.674** | **552.395.419** | **9,40%** | **51.952.255** |
| Juros e Depositos | **557.178.062** | **491.767.060** | **13,30%** | **65.411.003** |
| Juros Depositos Clientes | 493.016.658 | 423.785.378 | 16,34% | 69.231.281 |
| Juros dos T. M. S | 64.161.404 | 67.981.682 | -5,62% | -3.820.278 |
| Juros Obrigações Emitidas | 30.000.000 | 30.000.000 | 0,00% | 0 |
| Juros Recurso IC's | 9.685.298 | 22.612.979 | -57,17% | -12.927.681 |
| Juros Prémio Obrigações e Outros | 7.484.313 | 8.015.380 | -6,63% | -531.067 |
| **MARGEM FINANCEIRA** | **586.127.380** | **671.957.871** | **-12,77%** | **(85.830.490)** |
| | | | | |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 2.768.035 | 12.977.676 | -78,67% | -10.209.641 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 151.979.250 | 138.832.462 | 9,47% | 13.146.788 |
| Encargos com serviços e comissões | 21.731.633 | 23.561.271 | -7,77% | -1.829.638 |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | - | 651.053 | -100,00% | -651.053 |
| Resultados de reavaliação cambial | 36.940.679 | 48.477.223 | -23,80% | -11.536.544 |
| Resultados de alienação de outros activos | 1.125.000 | 2.161.580 | -47,95% | -1.036.580 |
| Outros resultados de exploração | **48.131.430** | **48.696.349** | **-1,16%** | **-564.919** |
| Outros Proveitos de Exploração | 69.438.882 | 75.090.906 | -7,53% | (5.652.024) |
| Outros Custos de Exploração | 21.307.452 | 26.394.558 | -19,27% | (5.087.106) |
| **MARGEM COMPLEMENTAR** | **219.212.761** | **228.235.072** | **-3,95%** | **(9.022.311)** |
| | | | | |
| **PRODUTO BANCÁRIO** | **805.340.141** | **900.192.943** | **-10,54%** | **(94.852.801)** |
| | | | | |
| Custos com pessoal | 216.946.575 | 209.525.393 | 3,54% | 7.421.183 |
| Gastos gerais administrativos | 259.015.623 | 257.246.081 | 0,69% | 1.769.542 |
| Amortizações do exercício | 54.361.141 | 58.480.417 | -7,04% | -4.119.276 |
| **CUSTO DE ESTRUTURA** | **530.323.339** | **525.251.890** | **0,97%** | **5.071.449** |
| Provisões líquidas de reposições e anulações | - | - | - | - |
| **Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recupe** | **196.922.882** | **248.357.780** | **-20,71%** | **(51.434.897)** |
| Constituição | 1.202.282.046 | 1.220.615.869 | -1,50% | -18.333.822 |
| Reposições e anulações | 1.005.359.164 | 972.258.089 | 3,40% | 33.101.075 |
| **Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações** | **8.849.843** | **800.000** | **1006,23%** | **8.049.843** |
| Constituição | 8.849.843 | 800.000 | 1006,23% | 8.049.843 |
| Reposições e anulações | - | - | - | - |
| Resultados em empresas associadas | 14.234.143 | 8.739.509 | 62,87% | 5.494.634 |
| **RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS** | **83.478.220** | **134.522.782** | **-37,94%** | **(51.044.562)** |
| Titulos Mercados Secundários | 64.161.404,00 | 67.981.682 | -5,62% | (3.820.278) |
| Imposto Corrente | - | - | - | - |
| Diferidos | 9.982.155 | 9.982.155 | 0,00% | - |
| **RESULTADO APÓS IMPOSTOS** | **73.496.065** | **124.540.627** | **-40,99%** | **(51.044.562)** |

Coordenadora Gabinete Controle Planeamento

Maria Idalsisa da Costa Martins

O Presidente Conselho de Administração

Jorge Fernando Gonçalves Alves

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

# BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 acompanhadas do Relatório de Auditoria

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

# RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Interatlântico, S.A.R.L.

## Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de mCve. 19.793.073 e um capital próprio de mCve. 1.718.670, incluindo um resultado líquido de mCve. 73.496, as Demonstrações dos Resultados, dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

## Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

## Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231



**Opinião**

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**Ênfase**

7. A carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2013 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo financiamento de alguns projectos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra actualmente suspensa. O Banco tem em curso um conjunto de medidas com vista à recuperação destes créditos, e tem, na generalidade das situações, hipotecas sobre os respectivos imóveis/terrenos cujo valor de avaliação de que dispõe é superior ao valor dos créditos concedidos. A concretização das expectativas de cobrabilidade reflectidas na imparidade atribuída pelo Banco a estes clientes, a qual reflecte normalmente descontos face aos valores de avaliação, está naturalmente dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas que se encontram em curso.

Lisboa, 9 de Maio de 2014

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| ACTIVO | Notas | 2013 Activo Bruto | 2013 Imparidade e amortizações | 2013 Activo líquido | 2012 Activo líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 3 | 745.547 | - | 745.547 | 1.758.436 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 4 | 648.788 | - | 648.788 | 280.283 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 5 | 370.762 | ( 40.082) | 330.680 | 327.139 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6 | 3.311.265 | - | 3.311.265 | 1.025.663 |
| Títulos de dívida pública | 7 | 1.397.776 | - | 1.397.776 | 1.485.375 |
| Crédito a clientes | 8 | 14.302.123 | ( 1.388.503) | 12.913.620 | 13.067.794 |
| Activos não correntes detidos para venda | 9 | 11.111 | - | 11.111 | 11.111 |
| Outros activos tangíveis | 10 | 924.814 | ( 636.495) | 288.319 | 289.757 |
| Activos intangíveis | 11 | 82.474 | ( 80.661) | 1.813 | 2.816 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 12 | 69.250 | - | 69.250 | 45.022 |
| Activos por impostos correntes | 13 | 36.313 | - | 36.313 | 33.561 |
| Activos por impostos diferidos | 13 | - | - | - | 10.884 |
| Outros activos | 14 | 53.109 | ( 14.518) | 38.591 | 29.901 |
| Total do Activo | | 21.953.332 | ( 2.160.259) | 19.793.073 | 18.367.742 |

| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | Notas | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| Recursos de outras instituições de crédito | 15 | 222.892 | 259.889 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 16 | 17.156.377 | 15.772.730 |
| Outros passivos subordinados | 17 | 514.017 | 514.017 |
| Passivos por impostos diferidos | 13 | 5.355 | 5.354 |
| Outros passivos | 19 | 175.762 | 173.218 |
| Total do Passivo | | 18.074.403 | 16.725.208 |
| Capital | 20 | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Prémios de emissão | 21 | 388 | 388 |
| Reservas de reavaliação | 21 | 15.645 | 13.005 |
| Outras reservas e resultados transitados | 21 | 629.141 | 504.600 |
| Resultado do exercício | 21 | 73.496 | 124.541 |
| Total do Capital próprio | | 1.718.670 | 1.642.534 |
| Total do Passivo e do Capital Próprio | | 19.793.073 | 18.367.742 |

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | Notas | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| Juros e rendimentos similares | 22 | 1.190.475 | 1.224.353 |
| Juros e encargos similares | 23 | ( 604.348) | ( 552.395) |
| **MARGEM FINANCEIRA** | | 586.127 | 671.958 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 24 | 2.768 | 12.978 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 25 | 151.979 | 138.832 |
| Encargos com serviços e comissões | 25 | ( 21.732) | ( 23.561) |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | 5 | - | 651 |
| Resultados de reavaliação cambial | 26 | 36.941 | 48.477 |
| Resultados de alienação de outros activos | 27 | 1.125 | 2.162 |
| Outros resultados de exploração | 28 | 48.132 | 48.695 |
| **PRODUTO BANCÁRIO** | | 805.340 | 900.192 |
| Custos com pessoal | 29 | ( 216.947) | ( 209.525) |
| Gastos gerais administrativos | 30 | ( 259.015) | ( 257.246) |
| Amortizações do exercício | 10 e 11 | ( 54.361) | ( 58.480) |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações | 18 | ( 196.924) | ( 248.358) |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | 18 | ( 8.849) | ( 800) |
| Resultados em empresas associadas | 12 | 14.234 | 8.740 |
| **RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS** | | 83.478 | 134.523 |
| Impostos | | | |
| Diferidos | 13 | ( 9.982) | ( 9.982) |
| | | ( 9.982) | ( 9.982) |
| **RESULTADO DO EXERCÍCIO** | | 73.496 | 124.541 |
| Número médio de acções ordinárias emitidas | | 100.000 | 100.000 |
| Resultado por acção | | ,73 | 1,25 |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | | | | Outras reservas e resultados transitados | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital | Prémios de emissão | Reservas de reavaliação | Reserva Legal | Outras reservas | Resultados transitados | Total | Resultado do exercício | Total do capital próprio |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2011 | 1.000.000 | 388 | 23.966 | 111.038 | 449.215 | (146.396) | 413.857 | 120.743 | 1.558.954 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2011: | | | | | | | | | |
| Incorporação em reservas e resultados transitados | - | - | - | 12.074 | 78.669 | - | 90.743 | (90.743) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | - | - | - | (30.000) | (30.000) |
| Rendimento integral do exercício | - | - | (10.961) | - | - | - | - | 124.541 | 113.580 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2012 | 1.000.000 | 388 | 13.005 | 123.112 | 527.884 | (146.396) | 504.600 | 124.541 | 1.642.534 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2012: | | | | | | | | | |
| Incorporação em reservas e resultados transitados | - | - | - | 12.454 | 112.087 | - | 124.541 | (124.541) | - |
| Rendimento integral do exercício | - | - | 2.640 | - | - | - | - | 73.496 | 76.136 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2013 | 1.000.000 | 388 | 15.645 | 135.566 | 639.971 | (146.396) | 629.141 | 73.496 | 1.718.670 |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| sultado não incluido na demonstração de resultados | | |
| Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados: | | |
| Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda | | |
| Variação no exercício | 3.541 | (14.713) |
| Efeito fiscal | (901) | 3.752 |
| sultado não incluído na demonstração de resultados | 2.640 | (10.961) |
| sultado do exercício | 73.496 | 124.541 |
| tal do rendimento integral do exercício | 76.136 | 113.580 |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Fluxos de caixa das actividades operacionais | | |
| Recebimento de juros e comissões | 1.342.064 | 1.320.540 |
| Pagamento de juros e comissões | (607.046) | (884.325) |
| Recuperação de crédito e juros vencidos | - | 41.462 |
| Resultados cambiais | 36.941 | 48.477 |
| Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional | 22.594 | 48.696 |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | (468.165) | (466.770) |
| **Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais** | 326.388 | 108.080 |
| **(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:** | | |
| Activos financeiros disponíveis para venda | - | 1.681 |
| Aplicações em instituições de crédito | (2.285.622) | (751.111) |
| Créditos sobre clientes | (44.210) | (322.697) |
| Títulos de dívida pública | 89.466 | 230.000 |
| | (2.240.366) | (842.127) |
| **Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:** | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | (35.930) | (1.413.850) |
| Recursos de clientes | 1.363.546 | 1.850.508 |
| | 1.327.616 | 436.658 |
| **Caixa líquida das actividades operacionais** | (586.362) | (297.389) |
| Fluxos de caixa de actividades de investimento | | |
| (Aumentos) diminuições nos activos de investimento: | | |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | (15.000) | - |
| Activos intangíveis | (761) | (1.472) |
| Outros activos tangíveis | (50.034) | (22.292) |
| Dividendos recebidos | 7.774 | 17.499 |
| **Caixa líquida das actividades de investimento** | (58.022) | (6.265) |
| Fluxos de caixa de actividades de financiamento | | |
| Dividendos distribuídos | - | (30.000) |
| **Caixa líquida das actividades de financiamento** | - | (30.000) |
| Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes | (644.384) | (333.654) |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 2.038.719 | 2.372.373 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 1.394.335 | 2.038.719 |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de Maio de 2014, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

### 2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2013 e 2012, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| 1 USD | 79,883 | 82,995 |

c) Activos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos detidos para negociação, ou outros activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

*Crédito vencido e anulações de capital e juros*

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados a crédito da rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capital próprio, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como rendimentos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

ii) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes. Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, incluindo custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em "Activos não correntes detidos para venda".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros resultados de exploração".

f) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

| | Anos de vida útil |
|---|---|
| Imóveis de serviço próprio | 50 |
| Mobiliário e material | 12 |
| Máquinas e ferramentas | 5 - 6 |
| Equipamento informático | 4 |
| Instalações interiores | 8 |
| Material de transporte | 4 - 5 |
| Equipamento de segurança | 5 |
| Outro equipamento | 6 |

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

i) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e à valorização de activos disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

m) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

o) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

*Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido*

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

*Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda*

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para gastos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii)).

*Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos*

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

p) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de Dezembro de 2013.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

| Norma / Interpretação | Aplicável nos exercícios iniciados em ou após | |
|---|---|---|
| Emenda à norma IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo) | 01-Jan-13 | Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo. |
| Emenda à norma IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros) | 01-Jan-13 | Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros. |
| Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral) | 01-Jul-12 | Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações:<br>(i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e<br>(ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral. |

| Norma / Interpretação | Aplicável nos exercícios iniciados em ou após | |
|---|---|---|
| Revisão da norma IAS 19 – Benefícios a Empregados | 01-Jan-13 | A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente:<br>(i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral);<br>(ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano;<br>(iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros;<br>(iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação. |
| IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor (nova norma) | 01-Jan-13 | Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. |
| IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto | 01-Jan-13 | Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto. |
| Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011) | 01-Jan-13 | Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos). |
| IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas | 01-Jan-13 | Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. |
| IFRS 11 – Acordos Conjuntos | 01-Jan-13 | Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. |
| IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades | 01-Jan-13 | Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. |
| IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011) | 01-Jan-13 | Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. |
| IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011) | 01-Jan-13 | Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos. |

Não se verificaram efeitos nas demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

| Norma / Interpretação | Aplicável nos exercícios iniciados em ou após | |
|---|---|---|
| Emenda às normas:<br>· IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas;<br>· IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento) | 01-Jan-14 | Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento. |
| Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros | 01-Jan-14 | Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros. |
| Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros) | 01-Jan-14 | Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sida determinada com base no justo valor menos custos para vender. |
| Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) | 01-Jan-14 | Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado. |
| IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (2009) e emendas posteriores | 01-Jan-18 | Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros. |
| IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (2013) e IFRS 7 – "Divulgações de instrumentos financeiros" | 01-Jan-18 | A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda. |

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

## 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Caixa | | |
| . Moeda nacional | 232.981 | 276.093 |
| . Moeda estrangeira | 462.385 | 465.570 |
| Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde | | |
| . Moeda nacional | 50.181 | 1.016.773 |
| | 745.547 | 1.758.436 |

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2013 e 2012, estes depósitos não foram remunerados.

## 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Depósitos à ordem: | | |
| . Caixa Geral de Depósitos, S.A. | 492.738 | 144.005 |
| . Em outras instituições no estrangeiro | 68.749 | 50.278 |
| . Em instituições no país | 21.763 | 16.068 |
| | 583.250 | 210.351 |
| Cheques a cobrar: | | |
| . Sobre o estrangeiro | 16.332 | 23.360 |
| . Sobre o país | 49.206 | 46.572 |
| | 65.538 | 69.932 |
| | 648.788 | 280.283 |

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

## 5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Instrumentos de capital: | | |
| Valorizados ao justo valor | 340.111 | 336.570 |
| Valorizados ao custo histórico | 30.651 | 30.651 |
| | 370.762 | 367.221 |
| Imparidade: | | |
| Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 18) | ( 40.082) | ( 40.082) |
| | 330.680 | 327.139 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

| | 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Título | Valor de aquisição | % de participação | Valor de balanço (líquido) | Reserva de reavaliação | Imparidade |
| | | | | (Nota 21) | (Nota 18) |
| Instrumentos de capital valorizados ao justo valor | | | | | |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 238.746 | 5,40% | 236.327 | 7.591 | ( 10.010) |
| Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. | 79.043 | 4,35% | 53.485 | 2.634 | ( 28.192) |
| Visa International Service Association | 1.323 | n.d. | 12.097 | 10.774 | - |
| | 319.112 | | 301.909 | 20.999 | ( 38.202) |
| Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico | | | | | |
| A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L. | 15.307 | 3,79% | 13.427 | - | ( 1.880) |
| Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A. | 10.094 | 0,65% | 10.094 | - | - |
| Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A. | 5.250 | 17,50% | 5.250 | - | - |
| | 30.651 | | 28.771 | - | ( 1.880) |
| | 349.763 | | 330.680 | 20.999 | ( 40.082) |

n.d. - não disponível

| | 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Título | Valor de aquisição | % de participação | Valor de balanço (líquido) | Reserva de reavaliação | Imparidade |
| | | | | (Nota 21) | (Nota 18) |
| Instrumentos de capital valorizados ao justo valor | | | | | |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 238.746 | 5,40% | 236.327 | 7.591 | ( 10.010) |
| Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. | 79.043 | 4,35% | 53.483 | 2.632 | ( 28.192) |
| Visa International Service Association | 1.323 | n.d. | 8.557 | 7.234 | - |
| | 319.112 | | 298.367 | 17.457 | ( 38.202) |
| Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico | | | | | |
| A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L. | 15.307 | 3,79% | 13.427 | - | ( 1.880) |
| Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A. | 10.094 | 0,65% | 10.094 | - | - |
| Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A. | 5.250 | 17,50% | 5.250 | - | - |
| | 30.651 | | 28.771 | - | ( 1.880) |
| | 349.763 | | 327.138 | 17.457 | ( 40.082) |

n.d. - não disponível

Banco Comercial do Atlântico, S.A. e Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de mercado das acções do BCA, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 21.769 e mCve. 22.484, respectivamente. O Banco optou por valorizar as acções com base na avaliação acima mencionada, dada a reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de mercado das acções da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.366 e mCve. 2.408, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O principal movimento relativo a instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

Fundo GARI

No exercício de 2012, o Banco procedeu à alienação de 100 acções do Fundo GARI pelo montante total de 2.332 mCve, tendo registado uma mais valia de mCve. 651 na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

## 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Aplicações de crédito no país: | | |
| . No Banco de Cabo Verde: | | |
| - Títulos de regularização monetária | 35.000 | - |
| - Aplicações a muito curto prazo | 3.250.000 | 1.000.000 |
| | 3.285.000 | 1.000.000 |
| Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro | | |
| . Na Caixa Geral de Depósitos: | | |
| - Depósitos | 18.181 | 17.245 |
| . Outras instituições de crédito | 8.068 | 8.382 |
| | 26.249 | 25.627 |
| Juros a receber | 20 | 36 |
| Proveitos diferidos | ( 4) | - |
| | 3.311.265 | 1.025.663 |

## 7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Obrigações do Tesouro | | |
| Valor Nominal | 1.376.474 | 1.465.940 |
| Juros a receber | 21.302 | 19.435 |
| | 1.397.776 | 1.485.375 |

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) a), estes títulos encontram-se registados ao custo amortizado.

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendia, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a mCve. 684.000 e mCve. 1.383.600, respectivamente (Nota 16).

## 8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Crédito interno a curto prazo: | | |
| . Descontos comerciais | 28.547 | 34.030 |
| . Empréstimos | 36.641 | 38.601 |
| . Descobertos em depósitos à ordem | 471.551 | 436.993 |
| . Outros créditos | 113.107 | 117.001 |
| Crédito interno a médio e longo prazo: | | |
| . Empréstimos | 7.755.196 | 8.194.314 |
| . Créditos em conta corrente | 1.253.157 | 1.871.443 |
| Crédito externo a curto prazo: | | |
| . Descobertos em depósitos à ordem | 7.794 | 41.582 |
| . Habitação | - | 2.500 |
| . Outros créditos | 3.420 | 1.135 |
| Crédito externo a médio e longo prazo: | | |
| . Empréstimos | 444.143 | 497.321 |
| . Créditos em conta corrente | 108.944 | 94.394 |
| Crédito ao Pessoal | 287.869 | 260.067 |
| Outros créditos e valores a receber - titulados | 630.178 | 631.746 |
| | 11.140.547 | 12.221.127 |
| Juros a receber | 51.722 | 50.223 |
| Comissões e outros proveitos diferidos | ( 112.723) | ( 109.763) |
| Custos diferidos | 413 | 412 |
| Créditos e juros vencidos | 3.222.164 | 2.164.896 |
| | 14.302.123 | 14.326.895 |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 18) | ( 1.388.503) | ( 1.259.101) |
| | 12.913.620 | 13.067.794 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados” reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

| Título | 2013 | 2012 | Maturidade |
|---|---|---|---|
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B | 156.624 | 156.624 | 14-06-2017 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C | 32.199 | 32.199 | 14-06-2027 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D | 136.099 | 136.099 | 06-08-2015 |
| Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. Serie G | 200.000 | 200.000 | 06-08-2015 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A | 699 | - | 06-01-2014 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche B | 30.000 | 30.000 | 05-01-2014 |
| ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. | 29.968 | 29.968 | 06-08-2015 |
| Cabo Verde Fast Ferry, S.A. | 19.996 | 19.996 | 31-07-2019 |
| Câmara Municipal do Sal | 12.000 | 13.000 | 23-06-2025 |
| Tecnicil Indústria, S.A. | 6.593 | 6.193 | 23-04-2014 |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 5.334 | 6.668 | 20-12-2017 |
| Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. | 666 | 999 | 18-02-2014 |
| | 630.178 | 631.746 | |

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. e Câmara Municipal do Sal, têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2013, as obrigações emitidas pela Tecnicil – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. encontravam-se em incumprimento com o pagamento do cupão de juros, ascendendo os juros vencidos a cerca de mCve 27.289.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

| | 31-12-2013 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sector Público Administrativo e Empresas Públicas | | | Empresas privadas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| **Empresas** | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | - | - | - | 1.423 | - | 1.423 | 1.423 | - | 1.423 |
| Pesca | - | - | - | 3.686 | 342 | 4.028 | 3.686 | 342 | 4.028 |
| Indústrias extractivas | - | - | - | 3.950 | - | 3.950 | 3.950 | - | 3.950 |
| Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos | - | - | - | 3.950 | - | 3.950 | 3.950 | - | 3.950 |
| Indústrias transformadoras | - | - | - | 842.862 | 238.761 | 1.081.623 | 842.862 | 238.761 | 1.081.623 |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 197.313 | 25.027 | 222.340 | 197.313 | 25.027 | 222.340 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 2.477 | - | 2.477 | 2.477 | - | 2.477 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | - | - | - | 29.240 | - | 29.240 | 29.240 | - | 29.240 |
| Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras | - | - | - | 29.420 | 868 | 30.288 | 29.420 | 868 | 30.288 |
| Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão | - | - | - | 115.704 | 3.537 | 119.241 | 115.704 | 3.537 | 119.241 |
| Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | 168 | 180 | 348 | 168 | 180 | 348 |
| Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos | - | - | - | 29 | - | 29 | 29 | - | 29 |
| Fabrico de máquinas e de equipamentos | - | - | - | 937 | - | 937 | 937 | - | 937 |
| Fabrico de mobiliário e de colchões | - | - | - | 3.893 | - | 3.893 | 3.893 | - | 3.893 |
| Indústrias transformadoras não especificadas | - | - | - | 374.849 | 143.201 | 518.050 | 374.849 | 143.201 | 518.050 |
| Outras indústrias transformadoras | - | - | - | 88.832 | 65.948 | 154.780 | 88.832 | 65.948 | 154.780 |
| Produção e distribuição de electricidade, de água e gás | - | - | - | 6.636 | 151 | 6.787 | 6.636 | 151 | 6.787 |
| Construção | - | 49.258 | 49.258 | 1.278.704 | 99.137 | 1.377.841 | 1.278.704 | 148.395 | 1.427.099 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | - | - | - | 471.736 | 180.177 | 651.913 | 471.736 | 180.177 | 651.913 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 159.615 | - | 159.615 | 248.248 | 660.836 | 909.084 | 407.863 | 660.836 | 1.068.699 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | - | - | - | 890.277 | 544.446 | 1.434.723 | 890.277 | 544.446 | 1.434.723 |
| Actividades de informação e de comunicação | - | - | - | 433.867 | 13.503 | 447.370 | 433.867 | 13.503 | 447.370 |
| Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas | 203.456 | 12 | 203.468 | 1.569.852 | 998.302 | 2.568.154 | 1.773.308 | 998.314 | 2.771.622 |
| Actividades imobiliárias | - | - | - | 760.039 | 745.973 | 1.506.012 | 760.039 | 745.973 | 1.506.012 |
| Outras actividades | 203.456 | 12 | 203.468 | 809.813 | 252.329 | 1.062.142 | 1.013.269 | 252.341 | 1.265.610 |
| Educação | - | - | - | 127.330 | - | 127.330 | 127.330 | - | 127.330 |
| Saúde e segurança social | - | - | - | 185.850 | 1.568 | 187.418 | 185.850 | 1.568 | 187.418 |
| Famílias com empregados domésticos | - | - | - | 10.981 | 4.147 | 15.128 | 10.981 | 4.147 | 15.128 |
| | 363.071 | 49.270 | 412.341 | 6.075.402 | 2.741.370 | 8.816.772 | 6.438.473 | 2.790.640 | 9.229.113 |
| **Particulares** | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 2.575.433 | 244.091 | 2.819.524 | 2.575.433 | 244.091 | 2.819.524 |
| Outros fins | - | - | - | 1.496.463 | 187.433 | 1.683.896 | 1.496.463 | 187.433 | 1.683.896 |
| | - | - | - | 4.071.896 | 431.524 | 4.503.420 | 4.071.896 | 431.524 | 4.503.420 |
| | 363.071 | 49.270 | 412.341 | 10.147.298 | 3.172.894 | 13.320.192 | 10.510.369 | 3.222.164 | 13.732.533 |

| | 31-12-2012 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sector Público Administrativo e Empresas Públicas | | | Empresas privadas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| **Empresas** | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | - | - | - | 3.946 | - | 3.946 | 3.946 | - | 3.946 |
| Pesca | - | - | - | 4.434 | - | 4.434 | 4.434 | - | 4.434 |
| Indústrias transformadoras | - | - | - | 467.157 | 49.268 | 516.425 | 467.157 | 49.268 | 516.425 |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 205.321 | 29.846 | 235.167 | 205.321 | 29.846 | 235.167 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 1.608 | 325 | 1.933 | 1.608 | 325 | 1.933 |
| Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | 283 | 349 | 632 | 283 | 349 | 632 |
| Outras indústrias transformadoras | - | - | - | 259.945 | 18.748 | 278.693 | 259.945 | 18.748 | 278.693 |
| Produção e distribuição de electricidade, de água e gás | - | - | - | 4.308 | 21 | 4.329 | 4.308 | 21 | 4.329 |
| Construção | - | 95.978 | 95.978 | 1.717.852 | 24.664 | 1.742.516 | 1.717.852 | 120.642 | 1.838.494 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | - | - | - | 570.560 | 50.296 | 620.856 | 570.560 | 50.296 | 620.856 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 111.295 | - | 111.295 | 291.635 | 681.958 | 973.593 | 402.930 | 681.958 | 1.084.888 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | - | - | - | 627.644 | 111.137 | 738.781 | 627.644 | 111.137 | 738.781 |
| Actividades de informação e de comunicação | - | - | - | 508.464 | 4.733 | 513.197 | 508.464 | 4.733 | 513.197 |
| Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas | 293.911 | 24 | 293.935 | 2.667.191 | 851.116 | 3.518.307 | 2.961.102 | 851.140 | 3.812.242 |
| Actividades imobiliárias | - | - | - | 1.127.785 | 576.997 | 1.704.782 | 1.127.785 | 576.997 | 1.704.782 |
| Outras actividades | 293.911 | 24 | 293.935 | 1.539.406 | 274.119 | 1.813.525 | 1.833.317 | 274.143 | 2.107.460 |
| Educação | - | - | - | 119.690 | - | 119.690 | 119.690 | - | 119.690 |
| Saúde e segurança social | - | - | - | 52.870 | 12.714 | 65.584 | 52.870 | 12.714 | 65.584 |
| Familias com empregados domésticos | - | - | - | 17.965 | 1.273 | 19.238 | 17.965 | 1.273 | 19.238 |
| | 405.206 | 96.002 | 501.208 | 7.053.716 | 1.787.180 | 8.840.896 | 7.458.922 | 1.883.182 | 9.342.104 |
| **Particulares** | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 2.295.895 | 202.312 | 2.498.207 | 2.295.895 | 202.312 | 2.498.207 |
| Outros fins | - | - | - | 1.762.820 | 151.146 | 1.913.966 | 1.762.820 | 151.146 | 1.913.966 |
| | - | - | - | 4.058.715 | 353.458 | 4.412.173 | 4.058.715 | 353.458 | 4.412.173 |
| | 405.206 | 96.002 | 501.208 | 11.112.431 | 2.140.638 | 13.253.069 | 11.517.637 | 2.236.640 | 13.754.277 |

## 9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta por um terreno e um imóvel recebidos por recuperação de créditos vencidos. No exercício de 2012, foi alienado o terreno sito na Vila dos Espargos, Ilha do Sal, no montante de mCve. 6.000.

## 10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | 2013 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-2012 | | | | | |
| Descrição | Valor bruto | Imparidade e amortizações acumuladas | Adições | Abates liquidos | Amortizações do exercicio | Valor líquido em 31-12-2013 |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | |
| . Terrenos | 38.732 | - | 2.862 | - | - | 41.594 |
| . Edifícios | 113.093 | ( 47.638) | 34.376 | - | ( 2.382) | 97.449 |
| Obras em imóveis arrendados | 259.719 | ( 188.146) | 3.662 | - | ( 13.772) | 61.463 |
| | 411.544 | ( 235.784) | 40.900 | - | ( 16.154) | 200.506 |
| Equipamento | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 44.514 | ( 27.857) | 2.989 | - | ( 2.637) | 17.009 |
| . Máquinas e ferramentas | 24.926 | ( 18.358) | 545 | - | ( 2.151) | 4.962 |
| . Equipamento informático | 247.443 | ( 220.789) | 6.734 | - | ( 14.331) | 19.057 |
| . Instalações interiores | 14.091 | ( 10.728) | 303 | - | ( 866) | 2.800 |
| . Material de transporte | 76.219 | ( 38.080) | - | ( 4.875) | ( 10.531) | 22.733 |
| . Equipamento de segurança | 12.175 | ( 9.794) | 1.639 | - | ( 1.202) | 2.818 |
| . Outro equipamento | 38.431 | ( 19.603) | 2.130 | - | ( 4.709) | 16.249 |
| Outros activos tangíveis | 157 | ( 101) | - | - | ( 16) | 40 |
| | 457.956 | ( 345.310) | 14.340 | ( 4.875) | ( 36.443) | 85.668 |
| Activos tangíveis em curso | | | | | | |
| . Despesas em edifícios arrendados | 1.351 | - | 794 | - | - | 2.145 |
| . Equipamento | 3.929 | ( 3.929) | - | - | - | - |
| | 5.280 | ( 3.929) | 794 | - | - | 2.145 |
| | 874.780 | ( 585.023) | 56.034 | ( 4.875) | ( 52.597) | 288.319 |

| | 2012 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-2011 | | | | | | |
| Descrição | Valor bruto | Imparidade e amortizações acumuladas | Adições | Transfe--rências | Abates liquidos | Amortizações do exercicio | Valor líquido em 31-12-2012 |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | | |
| . Terrenos | 38.732 | - | - | - | - | - | 38.732 |
| . Edifícios | 113.093 | ( 45.725) | - | - | - | ( 1.913) | 65.455 |
| Obras em imóveis arrendados | 259.719 | ( 174.709) | - | - | - | ( 13.437) | 71.573 |
| | 411.544 | ( 220.434) | - | - | - | ( 15.350) | 175.760 |
| Equipamento | | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 44.161 | ( 25.422) | 353 | - | - | ( 2.435) | 16.657 |
| . Máquinas e ferramentas | 22.663 | ( 16.418) | 2.263 | - | - | ( 1.940) | 6.568 |
| . Equipamento informático | 245.097 | ( 203.242) | 2.618 | - | ( 119) | ( 17.795) | 26.559 |
| . Instalações interiores | 13.402 | ( 9.817) | 784 | - | - | ( 911) | 3.458 |
| . Material de transporte | 66.969 | ( 42.076) | 28.550 | - | ( 2.429) | ( 12.875) | 38.139 |
| . Equipamento de segurança | 11.538 | ( 8.898) | 637 | - | - | ( 896) | 2.381 |
| . Outro equipamento | 28.600 | ( 16.986) | 8.567 | 3.077 | ( 682) | ( 3.748) | 18.828 |
| Outros activos tangíveis | 157 | ( 86) | - | - | - | ( 15) | 56 |
| | 432.587 | ( 322.945) | 43.772 | 3.077 | ( 3.230) | ( 40.615) | 112.646 |
| Activos tangíveis em curso | | | | | | | |
| . Despesas em edifícios arrendados | 1.351 | - | - | - | - | - | 1.351 |
| . Equipamento | 7.006 | ( 3.929) | - | ( 3.077) | - | - | - |
| | 8.357 | ( 3.929) | - | ( 3.077) | - | - | 1.351 |
| | 852.488 | ( 547.308) | 43.772 | - | ( 3.230) | ( 55.965) | 289.757 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Activos tangíveis em curso” inclui mCve. 3.929, referentes à aquisição de um equipamento tipo “Quiosque” ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade para a totalidade do montante (Nota 18).

No âmbito da transição para as NIRF, o Banco apurou um ajustamento negativo em capital próprio de mCve. 17.724 relativo a imparidade do imóvel de serviço próprio, determinado com base em avaliação externa independente. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a imparidade registada para o imóvel ascende a mCve. 13.743 (Nota 18).

## 11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | Saldos em 31-12-2011 | | | | Saldos em 31-12-2012 | | | | Saldos em 31-12-2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Adições | Amortizações do exercicio | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Adições | Amortizações do exercicio | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Valor líquido |
| Softw are | 80.241 | (76.382) | 1.472 | (2.515) | 81.713 | (78.897) | 761 | (1.764) | 82.474 | (80.661) | 1.813 |

## 12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | | | 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Entidade | % de participação | Custo de aquisição | Valor de balanço | Data | Activo líquido | Lucro / (Prejuízo) | Capitais Próprios |
| SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. | 10% | 10.000 | 54.250 | 31-12-2013 | 760.100 | 149.060 | 524.501 |
| CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. | 15% | 15.000 | 15.000 | 31-12-2013 | 97.167 | (4.033) | 95.967 |
| | | | 69.250 | | | | |

| | | | 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Entidade | % de participação | Custo de aquisição | Valor de balanço | Data | Activo líquido | Lucro / (Prejuízo) | Capitais Próprios |
| SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. | 10% | 10.000 | 45.022 | 31-12-2012 | 620.939 | 90.579 | 450.646 |

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de Maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objecto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 acções com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de acções da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de Dezembro. Em 23 de Dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de actividade da Sociedade, encontrando-se a aguardar o parecer favorável do mesmo. Neste sentido, o Banco manteve a participação na Sociedade registada ao custo de aquisição.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2013 e 2012 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

| | SISP | CVGARANTE | Total |
|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | 40.804 | - | 40.804 |
| Resultados em empresas associadas | 8.740 | - | 8.740 |
| Dividendos recebidos | (4.522) | - | (4.522) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2012 | 45.022 | - | 45.022 |
| Custo de aquisição | - | 15.000 | 15.000 |
| Resultados em empresas associadas | 14.234 | - | 14.234 |
| Dividendos recebidos | (5.006) | - | (5.006) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2013 | 54.250 | 15.000 | 69.250 |

## 13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Activos por impostos correntes | | |
| . Pagamentos por conta | 36.313 | 33.561 |
| Activos por impostos diferidos | | |
| . Por diferenças temporárias | - | 9.982 |
| Passivos por impostos diferidos | | |
| . Por diferenças temporárias | (5.355) | (4.452) |
| | (5.355) | 5.530 |

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | 2013 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Variação em | | |
| | Saldo em 31-12-2012 | Capital Próprio | Resultados | Saldo em 31-12-2013 |
| Ajustamentos de conversão para as NIRF | 9.982 | - | (9.982) | - |
| Movimentos efectuados por reservas | | | | |
| Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21) | (4.452) | (903) | - | (5.355) |
| | 5.530 | (903) | (9.982) | (5.355) |

| | 2012 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Variação em | | |
| | Saldo em 31-12-2011 | Capital Próprio | Resultados | Saldo em 31-12-2012 |
| Ajustamentos de conversão para as NIRF | 19.964 | - | (9.982) | 9.982 |
| Movimentos efectuados por reservas | | | | |
| Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21) | (8.204) | 3.752 | - | (4.452) |
| | 11.760 | 3.752 | (9.982) | 5.530 |

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

| | 2013 | | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | Taxa | Imposto | Taxa | Imposto |
| Resultado antes de impostos | | 83.478 | | 134.523 |
| Imposto apurado com base na taxa nominal | 25,5% | 21.287 | 25,5% | 34.303 |
| Benefícios fiscais: | | | | |
| . Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário | (19,60%) | (16.361) | (12,89%) | (17.335) |
| . Rendimento de obrigações cotadas na Bolsa de valores de Cabo Verde | (14,89%) | (12.434) | (7,87%) | (10.582) |
| . Dividendos | (0,85%) | (706) | (2,46%) | (3.309) |
| . Outros | (2,30%) | (1.916) | (0,88%) | (1.178) |
| Encargos não aceites fiscalmente | 2,98% | 2.488 | 1,10% | 1.485 |
| Rendimento de obrigações admitidas à cotação | 3,30% | 2.752 | 4,26% | 5.731 |
| Prejuízo fiscal | 17,82% | 14.872 | 0,64% | 867 |
| Imposto sobre lucros do exercício | 12,0% | 9.982 | 7,4% | 9.982 |

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estes rendimentos ascendem a mCve. 64.161 e mCve. 67.982, respectivamente (Nota 22).

Em Setembro de 2010, o Banco foi notificado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.601, referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. Em 30 de Setembro de 2010, o Banco procedeu à respectiva liquidação, tendo de seguida contestado a liquidação do montante de mCve. 853, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

Em Agosto de 2012, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, para fixação da matéria colectável do exercício de 2011, que resultou num crédito de imposto no montante de mCve. 11.056.

Em Novembro de 2013, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, para fixação da matéria colectável do exercício de 2012, que resultou num crédito de imposto no montante de mCve. 3.834. Apesar disso, o Banco contestou algumas correcções efectuadas relativamente a despesas com pessoal não declaradas e despesas de representação no montante de mCve. 4.681 e mCve. 335, respectivamente, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013.

## 14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Devedores e outras aplicações | | |
| . Valores a receber dos Correios de Cabo Verde | 12.409 | - |
| . Valores a receber do Estado de Cabo Verde | 7.600 | 7.066 |
| . Valores a receber do Grupo | 4.810 | 4.633 |
| . Outros | 8.679 | 5.137 |
| Outros activos | | |
| . Património artístico | 606 | 606 |
| Rendimentos a receber | | |
| . Outros | 2.899 | 2.127 |
| Despesas com encargo diferido | | |
| . Outros gastos administrativos | 6.137 | 4.839 |
| Outras contas de regularização | | |
| . Cheques em trânsito | 3.270 | 9.162 |
| . Outros | 6.699 | 2.000 |
| | 53.109 | 35.570 |
| Imparidade de outros activos (Nota 18) | (14.518) | (5.669) |
| | 38.591 | 29.901 |

## 15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Recursos de instituições de crédito nacionais | | |
| . Empréstimos de empresas seguradoras | | |
| Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A. | 93.000 | 68.900 |
| Protege Correctora Seguros | 6.523 | 6.236 |
| | 99.523 | 75.136 |
| Recursos de instituições de crédito no estrangeiro | | |
| . Descobertos em depósitos à ordem: | | |
| ECV - Serviços Financeiros, S.A. | 19.372 | 4.318 |
| Unicre - Instituição de Crédito, S.A. | 6.411 | - |
| Outros | - | 25 |
| | 25.783 | 4.343 |
| . Empréstimos | | |
| Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros | 76.364 | 87.273 |
| Caixa Geral de Depósitos - Euros | 19.767 | 90.615 |
| | 96.131 | 177.888 |
| Juros a pagar | 1.455 | 2.522 |
| | 222.892 | 259.889 |

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 3,36%. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tinha esta linha utilizada em 791.484 Euros e 692.550 Euros (mCve. 87.273 e mCve. 76.364, respectivamente).

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve. 19.767 e mCve. 90.615, respectivamente.

## 16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Depósitos de poupança: | | |
| . Poupança jovem | 140.491 | 174.365 |
| Depósitos à ordem | | |
| . De residentes | 4.996.860 | 4.450.972 |
| . De não residentes | 885.064 | 809.835 |
| . De emigrantes | 481.310 | 478.742 |
| | 6.363.234 | 5.739.549 |
| Depósitos a prazo | | |
| . De residentes | 5.635.972 | 4.760.502 |
| . De emigrantes | 2.881.004 | 2.435.204 |
| . De não residentes | 1.253.798 | 1.104.201 |
| | 9.770.774 | 8.299.907 |
| Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7) | | |
| . Obrigações do Tesouro | 684.000 | 1.383.600 |
| Outros débitos | | |
| . Cheques e ordens a pagar | 16.998 | 14.530 |
| | 16.975.497 | 15.611.951 |
| Juros a pagar | 180.880 | 160.779 |
| | 17.156.377 | 15.772.730 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

## 17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencia juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de Julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de Julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

- Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusivé):
  - taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
  - taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de Julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de Julho de 2013 a 8 de Julho de 2018;
- Alteração do prazo para 10 anos a partir de Julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os juros a pagar ascendiam a mCve. 14.348. Adicionalmente, nestas datas encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 331.

## 18. IMPARIDADE

O movimento na imparidade do Banco durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| | 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-2012 | Dotações líquidas em resultados | Utilizações | Saldos em 31-12-2013 | Recuperações de imparidade |
| Imparidade | | | | | |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 8) | 1.259.101 | 196.924 | (67.522) | 1.388.503 | - |
| Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5) | 40.082 | - | - | 40.082 | |
| | 1.299.183 | 196.924 | (67.522) | 1.428.585 | |
| Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10) | 17.672 | - | - | 17.672 | |
| Imparidade de outros activos (Nota 14) | 5.669 | 8.849 | - | 14.518 | |
| | 23.341 | 8.849 | - | 32.190 | |
| | 1.322.524 | 205.773 | (67.522) | 1.460.775 | |

| | 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-2011 | Dotações líquidas em resultados | Utilizações | Saldos em 31-12-2012 | Recuperações de imparidade |
| Imparidade | | | | | |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 8) | 1.012.737 | 248.358 | (1.994) | 1.259.101 | - |
| Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5) | 40.082 | - | - | 40.082 | |
| | 1.052.819 | 248.358 | (1.994) | 1.299.183 | |
| Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10) | 17.672 | - | - | 17.672 | |
| Imparidade de outros activos (Nota 14) | 4.869 | 800 | - | 5.669 | |
| | 22.541 | 800 | - | 23.341 | |
| | 1.075.360 | 249.158 | (1.994) | 1.322.524 | |

## 19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Credores diversos | | |
| Credores diversos - Por valores a liquidar | 47.062 | 54.829 |
| Recursos diversos | | |
| . Conta caução | 14.533 | 9.460 |
| Sector Público Administrativo | | |
| . Retenção de impostos na fonte | 14.839 | 15.771 |
| . Previdência social | 2.844 | 2.460 |
| . Imposto sobre o valor acrescentado | 341 | 344 |
| Cobrança por conta de terceiros | 224 | 225 |
| Outros | 253 | 253 |
| | 80.096 | 83.342 |
| Encargos a pagar | | |
| Custos administrativos | 21.795 | 17.117 |
| Prémios de produtividade | 17.571 | 14.785 |
| Subsídio de férias | 2.877 | 2.479 |
| Férias por gozar | 11.739 | 11.739 |
| Subsídio de Natal | - | 65 |
| | 53.982 | 46.185 |
| Receitas com rendimento diferido | | |
| De operações extrapatrimoniais | 9.207 | 8.179 |
| Anuidades de cartões | 4.007 | 16.542 |
| De créditos documentários | 3.121 | 1.287 |
| Outros | 338 | 338 |
| | 16.673 | 26.346 |
| Outras contas de regularização | | |
| Compensação - Caução | 8.507 | 1.938 |
| ATM - Multibanco | 5.790 | 1.593 |
| Compensação SISP | 4.056 | 8.809 |
| Cartões VISA | 3.319 | 2.042 |
| Sobras de caixa | 1.959 | 1.606 |
| Cheques devolvidos | 1.380 | 1.357 |
| | 25.011 | 17.345 |
| | 175.762 | 173.218 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Credores diversos – Por valores a liquidar” corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2014 e 2013, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui montantes a pagar relacionados com operações efectuadas nas ATM’s geridas pela SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L. nos montantes de mCve. 5.790 e mCve. 1.593, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Encargos a pagar – Subsídio de férias” corresponde à provisão para o subsídio de férias relativas ao exercício de 2013 e 2012, dos colaboradores contratados pelo Banco após Agosto de 2009, cujo pagamento apenas irá ocorrer em Janeiro de 2014 e 2013, respectivamente.

## 20. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o capital do Banco estava representado por 100.000 acções, com o valor nominal de mCve. 10 cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

| Entidade | Número de acções | % |
|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos, S.A. | 70.000 | 70,00% |
| Empreitel Figueiredo, S.A.R.L. | 11.110 | 11,11% |
| Adega, S.A.R.L. | 6.428 | 6,43% |
| Sita, S.A.R.L. | 5.447 | 5,45% |
| Pedro José Sapinho Rodrigues Pires | 1.655 | 1,65% |
| Outros | 5.360 | 5,36% |
| | 100.000 | 100,00% |

## 21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCICIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Prémios de emissão | 388 | 388 |
| Reservas de reavaliação | | |
| . De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5) | 20.999 | 17.457 |
| . De impostos diferidos (Nota 13) | (5.355) | (4.452) |
| . Outros | 1 | - |
| | 15.645 | 13.005 |
| Outras reservas e resultados transitados | | |
| . Reserva legal | 135.566 | 123.112 |
| . Outras reservas | 639.971 | 527.884 |
| . Resultados transitados | (146.396) | (146.396) |
| | 629.141 | 504.600 |
| Lucro do exercício | 73.496 | 124.541 |
| | 718.670 | 642.534 |

### Reservas de reavaliação

Reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

### Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

## 22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Juros de crédito a clientes | | |
| . Crédito interno | 867.037 | 850.172 |
| . Crédito ao exterior | 49.120 | 52.679 |
| . Crédito vencido | 77.042 | 114.777 |
| . Crédito ao pessoal | 9.002 | 8.149 |
| . Outros créditos e valores a receber - titulados | | |
| Títulos de dívida | | |
| De emissores públicos nacionais | | |
| . Obrigações do Tesouro | 90.105 | 84.241 |
| De outros residentes | 48.760 | 46.644 |
| Juros de aplicações em instituições de crédito | | |
| . No país | 6.236 | 3.391 |
| . No estrangeiro | 129 | 287 |
| Juros de disponibilidades | - | 12 |
| Comissões recebidas associadas ao custo amortizado | 43.044 | 64.001 |
| | 1.190.475 | 1.224.353 |

Nos exercícios de 2013 e 2012, os juros de Obrigações do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve. 64.161 e mCve. 67.982, respectivamente (Nota 23).

Nos exercícios de 2013 e 2013, o saldo da rubrica “Juros de crédito a clientes – crédito vencido” inclui essencialmente o recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

## 23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Juros de depósitos | | |
| . Depósitos de poupança | | |
| Poupança Jovem | 5.541 | 6.947 |
| . Depósitos à ordem | | |
| De residentes | 30.571 | 24.490 |
| De não residentes | 95 | 10 |
| . Depósitos a prazo | | |
| De residentes | 260.323 | 230.266 |
| De emigrantes | 141.115 | 118.895 |
| De não residentes | 55.371 | 43.177 |
| Juros de passivos subordinados | 30.000 | 30.000 |
| Juros de empréstimos | | |
| . De residentes | 5.659 | 3.428 |
| . De não residentes | 4.026 | 19.185 |
| Juros de credores e outros recursos | | |
| . Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22) | | |
| Obrigações do Tesouro | 64.161 | 67.982 |
| Outros juros e encargos similares | 7.486 | 7.993 |
| Comissões pagas associadas ao custo amortizado | - | 22 |
| | 604.348 | 552.395 |

## 24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Rendimentos de activos disponíveis para venda: | | |
| Emitidos por residentes | | |
| . Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. | 1.746 | 1.848 |
| . Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A. | 971 | 970 |
| . VISA International Service Association | 51 | 18 |
| . Banco Comercial do Atlântico, S.A. | - | 10.142 |
| | 2.768 | 12.978 |

## 25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Rendimentos de serviços e comissões | | |
| Por operações sobre instrumentos financeiros | 46.684 | 45.404 |
| Por serviços prestados | | |
| . Comissões de anuidades de cartões | 48.048 | 29.257 |
| . Comissões na emissão de cheques | 13.060 | 13.355 |
| | 61.108 | 42.612 |
| Por garantias prestadas | | |
| . Garantias e avales | 31.265 | 21.883 |
| . Créditos documentários | 9.148 | 25.114 |
| | 40.413 | 46.997 |
| Outras comissões | 3.774 | 3.819 |
| | 151.979 | 138.832 |
| Encargos com serviços e comissões | | |
| Por garantias recebidas | | |
| . Garantias e avales | (441) | 965 |
| | (441) | 965 |
| Por serviços bancários prestados por terceiros | | |
| . Comissões VISA | 11.635 | 11.585 |
| . Outras comissões | 10.538 | 11.011 |
| | 22.173 | 22.596 |
| | 21.732 | 23.561 |

## 26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | | | 2012 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Lucros | Prejuízos | Líquido | Lucros | Prejuízos | Líquido |
| Resultados em divisas | 29.806 | (5.895) | 23.911 | 37.244 | (7.258) | 29.986 |
| Resultados em notas e moedas | 19.915 | (6.885) | 13.030 | 24.458 | (5.967) | 18.491 |
| | 49.721 | (12.780) | 36.941 | 61.702 | (13.225) | 48.477 |

## 27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de outros activos tangíveis no montante de mCve. 1.125 e mCve. 2.162, respectivamente.

## 28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Outros rendimentos de exploração | | |
| Prestação de serviços diversos: | | |
| . Taxa de serviço | 36.786 | 42.960 |
| . Cartões de crédito | 22.903 | 19.127 |
| . Outros | 9.370 | 10.934 |
| Reembolso de despesas | 47 | 48 |
| Outros | 334 | 2.022 |
| | 69.440 | 75.091 |
| Outros gastos de exploração | | |
| Outros impostos | (4.039) | (5.611) |
| Donativos e quotizações | (3.207) | (3.613) |
| Outros | (14.062) | (17.172) |
| | (21.308) | (26.396) |
| | 48.132 | 48.695 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros gastos de exploração – outros” inclui os montantes de mCve. 11.377 e mCve. 12.837, respectivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efectuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respectivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica “Outros rendimentos de exploração – prestação de serviços diversos – outros” e ascendem a mCve. 9.032 e mCve. 10.625 em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.

## 29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização | 24.419 | 24.544 |
| Remunerações dos empregados | 156.916 | 150.912 |
| Encargos sociais e obrigatórios | 20.759 | 22.849 |
| Prémios de produtividade | 11.630 | 8.185 |
| - Empregados | 8.821 | 4.770 |
| - Órgãos de gestão e fiscalização | 2.809 | 3.415 |
| Outros | 3.223 | 3.035 |
| | 216.947 | 209.525 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Direcção | 5 | 4 |
| Coordenadores | 7 | 8 |
| Responsáveis / Gerentes | 26 | 28 |
| Administrativos | 74 | 68 |
| Auxiliares | 5 | 6 |
| | 117 | 114 |

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os números apresentados acima incluem 43 e 67, respectivamente, colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

## 30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Serviços especializados | | |
| . Serviços especializados - SISP | 37.826 | 36.359 |
| . Serviços de informática | 32.022 | 33.105 |
| . Segurança e vigilância | 17.957 | 18.057 |
| . Outros serviços especializados | 11.362 | 9.837 |
| . Serviços de limpeza | 7.190 | 7.333 |
| . Honorários | 4.755 | 4.827 |
| . Serviços de auditoria | 4.155 | 4.269 |
| . Serviços de manutenção | 1.611 | 2.860 |
| Rendas e alugueres | 27.207 | 28.314 |
| Água, energia e combustíveis | 24.032 | 22.920 |
| Publicidade e edição de publicações | 23.423 | 19.526 |
| Comunicações e despesas de expedição | 16.116 | 15.272 |
| Impressos e material de consumo corrente | 11.212 | 11.886 |
| Seguros | 10.722 | 9.160 |
| Transportes | 8.064 | 7.194 |
| Conservação e reparação | 7.894 | 7.376 |
| Formação de pessoal | 6.615 | 11.908 |
| Deslocações, estadas e representação | 5.590 | 5.977 |
| Outros | 1.262 | 1.066 |
| | 259.015 | 257.246 |

## 31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Passivos eventuais | | |
| . Garantias e avales prestados | 2.106.864 | 1.746.808 |
| . Créditos documentários abertos | 1.059.235 | 7.400 |
| | 3.166.099 | 1.754.208 |
| Depósito e guarda de valores | 1.817.735 | 1.463.509 |
| | 4.983.834 | 3.217.717 |

## 32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "Repo" e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;

- Banca comercial – Inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.

- Banca de retalho - Compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

| | 2013 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Negociação e vendas | Banca comercial | Banca de retalho | Total |
| Juros e rendimentos similares | 145.230 | 702.509 | 342.736 | 1.190.475 |
| Juros e encargos similares | (47.170) | (256.103) | (301.075) | (604.348) |
| **MARGEM FINANCEIRA** | 98.060 | 446.406 | 41.661 | 586.127 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 2.768 | - | - | 2.768 |
| Rendimentos de serviços e comissões | - | 102.145 | 49.834 | 151.979 |
| Encargos com serviços e comissões | - | (9.989) | (11.743) | (21.732) |
| Resultados de reavaliação cambial | 36.941 | - | - | 36.941 |
| Resultados de alienação de outros activos | 1.125 | - | - | 1.125 |
| Outros resultados de exploração | - | 22.124 | 26.008 | 48.132 |
| **PRODUTO BANCÁRIO** | 138.894 | 560.686 | 105.760 | 805.340 |
| Outros gastos e rendimentos | | | | (731.844) |
| **Resultado do exercício** | | | | **73.496** |
| Caixa e disponilbilidades em Bancos Centrais | 745.547 | - | - | 745.547 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 648.788 | - | - | 648.788 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 330.680 | - | - | 330.680 |
| Aplicações em instituições de crédito | 3.311.265 | - | - | 3.311.265 |
| Títulos de dívida pública | 1.397.776 | - | - | 1.397.776 |
| Crédito a clientes | - | 8.679.246 | 4.234.374 | 12.913.620 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 222.892 | - | - | 222.892 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | 7.885.815 | 9.270.562 | 17.156.377 |
| Outros passivos subordinados | 514.017 | - | - | 514.017 |

| | 2012 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Negociação e vendas | Banca comercial | Banca de retalho | Total |
| Juros e rendimentos similares | 134.575 | 723.396 | 366.382 | 1.224.353 |
| Juros e encargos similares | (60.628) | (235.087) | (256.680) | (552.395) |
| **MARGEM FINANCEIRA** | 73.947 | 488.309 | 109.702 | 671.958 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 12.978 | - | - | 12.978 |
| Rendimentos com serviços e comissões | - | 92.157 | 46.675 | 138.832 |
| Encargos com serviços e comissões | - | (11.263) | (12.298) | (23.561) |
| Resultado em activos Financeiros | 651 | - | - | 651 |
| Resultados de reavaliação cambial | 48.477 | - | - | 48.477 |
| Resultados de alienação de outros activos | 2.162 | - | - | 2.162 |
| Outros resultados de exploração | - | 23.279 | 25.417 | 48.696 |
| **PRODUTO BANCÁRIO** | 138.215 | 592.482 | 169.496 | 900.193 |
| Outros custos e proveitos | | | | (775.651) |
| **Resultado líquido do exercício** | | | | **124.542** |
| Caixa e disponilbilidades em bancos centrais | 1.758.436 | - | - | 1.758.436 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 280.283 | - | - | 280.283 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 327.139 | - | - | 327.139 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1.025.663 | - | - | 1.025.663 |
| Títulos de dívida pública | 1.485.375 | - | - | 1.485.375 |
| Crédito a clientes | - | 8.872.428 | 4.195.366 | 13.067.794 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 259.889 | - | - | 259.889 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | 7.540.080 | 8.232.650 | 15.772.730 |
| Outros passivos subordinados | 514.017 | - | - | 514.017 |

## 33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

| | 2013 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Grupo Caixa Geral de Depósitos | | | | | | |
| | CGD | Sucursal de França | Banco Comercial do Atlântico | Promotora | Garantia | Promoleasing | Associadas |
| **Activos:** | | | | | | | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 492.738 | 102 | 21.761 | - | - | - | - |
| Aplicações em instituições de crédito | 18.201 | - | - | - | - | - | - |
| Activos financeiros disponíveis para venda | - | - | 246.337 | 15.307 | 81.677 | 5.250 | - |
| Crédito a clientes | - | - | 5.349 | - | - | - | - |
| Imparidade | - | - | (10.010) | (1.880) | (28.192) | - | - |
| Outros activos | - | - | 4.810 | - | 2.161 | - | 2.899 |
| **Passivos:** | | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | 19.767 | - | - | 93.000 | - | - |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | - | - | - | - | - | 88.289 |
| Outros passivos subordinados | - | - | - | 47.165 | 23.727 | - | - |
| Outros Passivos | - | - | 222 | 1.380 | - | - | 4.229 |
| **Extrapatrimoniais:** | | | | | | | |
| Garantias prestadas | - | - | - | - | - | - | 23.965 |
| **Rendimentos:** | | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 124 | - | 368 | - | - | - | 41 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | - | - | - | - | 1.746 | - | - |
| Rendimentos de serviços e comissões | - | - | - | - | - | - | 22.603 |
| **Gastos:** | | | | | | | |
| Juros e encargos similares | - | 1.209 | - | 2.779 | 3.942 | - | 199 |
| Encargos com serviços e comissões | - | - | - | - | - | - | 1.997 |
| Gastos gerais administrativos | - | - | - | - | 11.503 | - | 37.826 |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | - | - | 196 | - | - | - | 12 |

| | 2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Grupo Caixa Geral de Depósitos | | | | | |
| | CGD | Banco Comercial do Atlântico | Promotora | Garantia | Promoleasing | Associadas |
| **Activos:** | | | | | | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 144.005 | 16.066 | - | - | - | - |
| Aplicações em instituições de crédito | 17.281 | - | - | - | - | - |
| Activos financeiros disponíveis para venda | - | 246.677 | 15.307 | 81.677 | 5.250 | - |
| Crédito a clientes | - | 6.680 | - | - | - | 2.072 |
| Imparidade | - | (10.351) | (1.880) | (28.192) | - | (68) |
| Outros activos | - | 4.633 | - | - | - | 2.127 |
| **Passivos:** | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | 20 | - | - | 72.881 | - | - |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | - | 47.165 | 23.727 | - | 37.532 |
| Outros Passivos | - | 254 | 1.380 | - | - | 3.218 |
| **Rendimentos:** | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 280 | 384 | - | - | - | 405 |
| Rendimentos de serviços e comissões | - | 10.142 | - | 1.848 | - | 18.830 |
| **Gastos:** | | | | | | |
| Juros e encargos similares | 11.013 | - | 2.779 | 3.910 | - | - |
| Gastos de exploração | - | - | - | 9.395 | - | 38.018 |

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

*Órgãos de gestão*

Em 2013, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 26.712 (mCve. 28.708 no exercício de 2012).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 2.381 e mCve. 761, respectivamente.

## 34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

*Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco*

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

*Risco cambial*

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos matching, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transacções de turismo.

*Risco de liquidez*

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do cash flow diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é actualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No cash flow leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

| | 2013 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até 6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| Activo | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 745.547 | - | - | - | - | - | - | - | - | 745.547 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 648.788 | - | - | - | - | - | - | - | - | 648.788 |
| Aplicações em instituições de crédito | 3.293.064 | 10.115 | - | - | - | - | - | - | 8.086 | 3.311.265 |
| Títulos de dívida pública | 108.761 | 8.448 | 4.089 | 50.004 | 358.520 | 732.114 | 135.840 | - | - | 1.397.776 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 2.176.678 | 1.214.960 | 408.341 | 1.146.422 | 1.641.105 | 1.195.953 | 3.027.038 | 3.491.626 | - | 14.302.123 |
| | 6.972.838 | 1.233.523 | 412.430 | 1.196.426 | 1.999.625 | 1.928.067 | 3.162.878 | 3.491.626 | 8.086 | 20.405.499 |
| Passivos | | | | | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | (101.579) | (37.805) | (5.455) | (12.164) | (21.818) | (21.818) | (22.253) | - | - | (222.892) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (5.158.572) | (1.464.452) | (1.796.653) | (6.613.338) | (2.011.466) | (111.896) | - | - | - | (17.156.377) |
| Outros passivos subordinados | (14.017) | - | - | - | - | - | (500.000) | - | - | (514.017) |
| | (5.274.168) | (1.502.257) | (1.802.108) | (6.625.502) | (2.033.284) | (133.714) | (522.253) | - | - | (17.893.286) |
| Diferencial | 1.698.670 | (268.734) | (1.389.678) | (5.429.076) | (33.659) | 1.794.353 | 2.640.625 | 3.491.626 | 8.086 | 2.512.213 |

| | 2012 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até 6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| Activo | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1.758.436 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.758.436 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 280.283 | - | - | - | - | - | - | - | - | 280.283 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1.004.404 | 5.825 | - | 7.052 | - | - | - | - | 8.382 | 1.025.663 |
| Títulos de dívida pública | 6.382 | 7.008 | 131.045 | 342.610 | 418.330 | 210.000 | 370.000 | - | - | 1.485.375 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 1.490.820 | 992.554 | 1.712.024 | 1.612.579 | 1.049.331 | 1.235.617 | 2.198.414 | 4.035.556 | - | 14.326.895 |
| | 4.540.325 | 1.005.387 | 1.843.069 | 1.962.241 | 1.467.661 | 1.445.617 | 2.568.414 | 4.035.556 | 8.382 | 18.876.652 |
| Passivos | | | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (91.356) | (52.645) | (27.167) | (11.861) | (21.818) | (21.818) | (33.224) | - | - | (259.889) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (5.063.234) | (1.315.398) | (1.497.136) | (5.478.880) | (2.399.997) | (17.385) | (700) | - | - | (15.772.730) |
| Outros passivos subordinados | (14.017) | - | - | - | - | - | (500.000) | - | - | (514.017) |
| | (5.168.607) | (1.368.043) | (1.524.303) | (5.490.741) | (2.421.815) | (39.203) | (533.924) | - | - | (16.546.636) |
| Diferencial | (628.282) | (362.656) | 318.766 | (3.528.500) | (954.154) | 1.406.414 | 2.034.490 | 4.035.556 | 8.382 | 2.330.016 |

*Risco de taxa de juro*

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas, como veremos a seguir.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspectos que o Banco tem implementado:

- a base para coberturas activas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como "referência" dos activos ou passivos;

- os contratos de crédito prevêem possibilidade de alteração de taxas de juros sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de activos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;

- realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco taxas de juros de operações activas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.

- aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objectivos referidas na linha anterior.

*Risco de crédito*

Para monitorizar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efectuar a avaliação do risco de crédito, e reporta directamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Tem como principal objectivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e actualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, as áreas comerciais apresentam semanalmente no Comité de Crédito o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Compete ao Comité de Crédito para além da análise, a aprovação dos créditos:
- análise e acompanhamento da Política de Crédito;
- análise e acompanhamento dos riscos de crédito dos clientes;
- análise e acompanhamento dos créditos vencidos e em contencioso;
- analise e aprovação de novos Produtos, seu preçário e procedimentos.

*Risco de mercado*

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em acções e títulos de rendimento fixo.

*Risco de Crédito*

*Exposição máxima a risco de crédito*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Títulos de dívida pública | 1.397.776 | 1.485.375 |
| Aplicações em instituições de crédito | 3.311.265 | 1.025.663 |
| Crédito a clientes | 12.913.620 | 13.067.794 |
| | 16.224.885 | 14.093.457 |
| Garantias e avales | 2.106.864 | 1.746.808 |
| Créditos documentários abertos | 1.059.235 | 7.400 |
| | 3.166.099 | 1.754.208 |
| Exposição máxima | 20.788.760 | 17.333.040 |

*Qualidade de crédito concedido a clientes*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

**2013**

| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em *"Default"* | Total |
|---|---|---|---|---|
| Crédito a empresas | | | | |
| Vincendo | 6.012.663 | 53.178 | 969.340 | 7.035.181 |
| Vencido | 1.847 | 400.163 | 1.539.748 | 1.941.758 |
| | 6.014.510 | 453.341 | 2.509.088 | 8.976.939 |
| Crédito à habitação | | | | |
| Vincendo | 2.536.939 | 35.879 | 202.015 | 2.774.833 |
| Vencido | - | 113 | 56.824 | 56.937 |
| | 2.536.939 | 35.992 | 258.839 | 2.831.770 |
| Outros créditos | | | | |
| Vincendo | 1.290.642 | 27.024 | 243.913 | 1.561.579 |
| Vencido | 2.414 | 1.268 | 106.392 | 110.074 |
| | 1.293.056 | 28.292 | 350.305 | 1.671.653 |
| Crédito ao Sector Público | | | | |
| Vincendo | 202.901 | - | - | 202.901 |
| Vencido | - | - | 49.270 | 49.270 |
| | 202.901 | - | 49.270 | 252.171 |
| Total crédito vincendo | 10.043.145 | 116.081 | 1.415.268 | 11.574.494 |
| Total crédito vencido | 4.261 | 401.544 | 1.752.234 | 2.158.039 |
| Total de crédito | 10.047.406 | 517.625 | 3.167.502 | 13.732.533 |
| Extrapatrimoniais | | | | |
| Garantias e créditos documentários a empresas | | | | |
| Vincendo | 2.818.237 | - | - | 2.818.237 |
| Garantias e créditos documentários a Sector Público | | | | |
| Vincendo | - | - | 334.689 | 334.689 |
| Garantias pessoais | | | | |
| Vincendo | 13.173 | - | - | 13.173 |
| Total de extrapatrimoniais | 2.831.410 | - | 334.689 | 3.166.099 |

**2012**

| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em *"Default"* | Total |
|---|---|---|---|---|
| Crédito a empresas | | | | |
| Vincendo | 6.839.127 | 114.300 | 1.244.080 | 8.197.507 |
| Vencido | 1.194 | 13.722 | 871.226 | 886.142 |
| | 6.840.321 | 128.022 | 2.115.306 | 9.083.649 |
| Crédito à habitação | | | | |
| Vincendo | 2.484.726 | 24.013 | 164.796 | 2.673.535 |
| Vencido | 8 | - | 52.915 | 52.923 |
| | 2.484.734 | 24.013 | 217.711 | 2.726.458 |
| Outros créditos | | | | |
| Vincendo | 1.384.386 | 33.325 | 183.176 | 1.600.887 |
| Vencido | 2.712 | 1.685 | 80.433 | 84.830 |
| | 1.387.098 | 35.010 | 263.609 | 1.685.717 |
| Crédito ao Sector Público | | | | |
| Vincendo | 209.184 | - | - | 209.184 |
| Vencido | - | - | 49.269 | 49.269 |
| | 209.184 | - | 49.269 | 258.453 |
| Total crédito vincendo | 10.917.423 | 171.638 | 1.592.052 | 12.681.113 |
| Total crédito vencido | 3.914 | 15.407 | 1.053.843 | 1.073.164 |
| Total de crédito | 10.921.337 | 187.045 | 2.645.895 | 13.754.277 |
| Extrapatrimoniais | | | | |
| Garantias e créditos documentários a empresas | | | | |
| Vincendo | 1.737.264 | - | 57 | 1.737.321 |
| Garantias pessoais | | | | |
| Vincendo | 16.944 | - | - | 16.944 |
| Total de extrapatrimoniais | 1.754.208 | - | 57 | 1.754.265 |

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 4.279.521 (mCve. 6.606.550 em 31 de Dezembro de 2012), ascendendo a imparidade a mCve. 980.780 (mCve. 867.828 em 31 de Dezembro de 2012). Conforme descrito na Nota 2.2. c) ii) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

| | 2013 | | | 2012 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Crédito vivo | Crédito vencido | Total | Crédito vivo | Crédito vencido | Total |
| Empresas | 425.863 | 422.004 | 847.867 | 87.141 | 150 | 87.291 |
| Particulares | 304.494 | 101.871 | 406.365 | 158.096 | 299 | 158.395 |
| | 730.357 | 523.875 | 1.254.232 | 245.237 | 449 | 245.686 |

*Justo valor*

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

| | 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | Valor de balanço total |
| *Activo* | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 745.547 | 745.547 | - | - | 745.547 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 648.788 | 648.788 | - | - | 648.788 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 301.909 | 301.909 | - | 28.771 | 330.680 |
| Aplicações em instituições de crédito | 3.311.265 | 3.311.265 | - | - | 3.311.265 |
| Títulos de dívida pública | 1.397.776 | 1.372.379 | (25.397) | - | 1.397.776 |
| Crédito a clientes | 12.913.620 | 12.635.431 | (278.189) | - | 12.913.620 |
| | 19.318.905 | 19.015.318 | (303.587) | 28.771 | 19.347.676 |
| *Passivo* | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | 222.892 | 223.743 | 851 | - | 222.892 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 17.156.377 | 17.231.260 | 74.883 | - | 17.156.377 |
| Outros passivos subordinados | 514.348 | 527.000 | 12.652 | (331) | 514.017 |
| | 17.893.617 | 17.982.003 | 88.386 | (331) | 17.893.286 |

| | 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | Valor de balanço total |
| *Activo* | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1.758.436 | 1.758.436 | - | - | 1.758.436 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 280.283 | 280.283 | - | - | 280.283 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 298.367 | 298.367 | - | 28.772 | 327.139 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1.025.663 | 1.025.663 | - | - | 1.025.663 |
| Títulos de dívida pública | 1.485.375 | 1.495.385 | 10.010 | - | 1.485.375 |
| Crédito a clientes | 12.271.350 | 11.985.249 | (286.101) | 796.444 | 13.067.794 |
| | 17.119.474 | 16.843.384 | (276.090) | 825.216 | 17.944.690 |
| *Passivo* | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | 259.889 | 259.937 | 48 | - | 259.889 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 15.772.730 | 15.802.365 | 29.635 | - | 15.772.730 |
| Outros passivos subordinados | 514.348 | 517.776 | 3.428 | (331) | 514.017 |
| | 16.546.967 | 16.580.078 | 33.111 | (331) | 16.546.636 |

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na Norma IFRS 13;
  - As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na Norma IFRS 13. Face aos valores obtidos serem semelhantes aos apurados em 2012, não foi alterada a valorização destes títulos.
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.366 e mCve. 2.407, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
  - As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

*Análise de sensibilidade – Taxa de juro*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

| | **2013** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 34.747 | 16.294 | 7.899 | (7.442) | (14.463) | (27.367) |
| *Total activo sensível* | 34.747 | 16.294 | 7.899 | (7.442) | (14.463) | (27.367) |

| | **2012** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 36.446 | 18.237 | 9.123 | (11.806) | (18.264) | (33.881) |
| *Total activo sensível* | 36.446 | 18.237 | 9.123 | (11.806) | (18.264) | (33.881) |

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2013 e 2012, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

| | **Projecção margem financeira** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Exercício de 2013 | (15.243) | (7.621) | (6.070) | 3.811 | 7.621 | 15.243 |
| Exercício de 2012 | (15.081) | (7.540) | (6.029) | 3.770 | 7.540 | 15.081 |

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2013 e 2012, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

*Risco cambial*

*Decomposição de instrumentos financeiros por moeda*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

| | 2013 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escudos de Cabo Verde | Euros | Dólares Norte Americanos | Outras | Total |
| Activo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 283.163 | 420.708 | 18.555 | 23.121 | 745.547 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 70.968 | 503.791 | 70.578 | 3.451 | 648.788 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 330.680 | - | - | - | 330.680 |
| Aplicações em instituições de crédito | 3.284.996 | 8.442 | 17.827 | - | 3.311.265 |
| Títulos de dívida pública | 1.397.776 | - | - | - | 1.397.776 |
| Crédito a clientes (líquido) | 11.144.343 | 1.769.277 | - | - | 12.913.620 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 69.250 | - | - | - | 69.250 |
| Outros activos | 38.591 | - | - | - | 38.591 |
| | 16.619.767 | 2.702.218 | 106.960 | 26.572 | 19.455.517 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | (106.640) | (105.540) | (10.712) | - | (222.892) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (16.853.880) | (210.238) | (91.528) | (731) | (17.156.377) |
| Outros passivos subordinados | (514.017) | - | - | - | (514.017) |
| Outros passivos | (175.367) | (395) | - | - | (175.762) |
| | (17.649.904) | (316.173) | (102.240) | (731) | (18.069.048) |
| Exposição líquida | (1.030.137) | 2.386.045 | 4.720 | 25.841 | 1.386.469 |

| | 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escudos de Cabo Verde | Euros | Dólares Norte Americanos | Outras | Total |
| Activo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1.292.865 | 422.858 | 21.536 | 21.177 | 1.758.436 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 62.640 | 162.562 | 48.117 | 6.964 | 280.283 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 327.139 | - | - | - | 327.139 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1.000.000 | 7.288 | 18.375 | - | 1.025.663 |
| Títulos de dívida pública | 1.485.375 | - | - | - | 1.485.375 |
| Crédito a clientes (líquido) | 11.281.973 | 1.778.987 | 6.834 | - | 13.067.794 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 45.022 | - | - | - | 45.022 |
| Outros activos | 29.901 | - | - | - | 29.901 |
| | 15.524.915 | 2.371.695 | 94.862 | 28.141 | 18.019.613 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | (80.410) | (179.479) | - | - | (259.889) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (15.206.602) | (471.101) | (94.048) | (979) | (15.772.730) |
| Outros passivos subordinados | (514.017) | - | - | - | (514.017) |
| Outros passivos | (171.111) | (409) | - | (1.698) | (173.218) |
| | (15.972.140) | (650.989) | (94.048) | (2.677) | (16.719.854) |
| Exposição líquida | (447.225) | 1.720.706 | 814 | 25.464 | 1.299.759 |

## 35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;

- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade;

Para atingir os objectivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de cabo Verde, para os bancos;

- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;

- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;

- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;

- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador , as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas (≥ 10% do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2013 e de 2012:

| Gestão do Capital | Dezembro de 2012 | Dezembro de 2013 | Variação |
|---|---|---|---|
| **Fundos Próprios de Base** | **1.564.443** | **1.405.805** | **(158.638)** |
| Capital Social | 1.000.000 | 1.000.000 | - |
| Reservas e Prémios | 651.385 | 775.926 | 124.541 |
| Resultado Líquido | 62.270 | 36.748 | (25.522) |
| Resultados Transitados e outros (Impacto transicção para NIRF) | (149.212) | (148.209) | 1.003 |
| Provisões adicionais | - | (258.660) | (258.660) |
| **Fundos Próprios Complementares** | **506.503** | **507.822** | **1.319** |
| Obrigações subordinadas | 500.000 | 500.000 | - |
| Deduções aos Fundos Próprios Complementares | 6.503 | 7.822 | 1.319 |
| **Deduções aos Fundos Próprios totais** | **29.232** | **56.075** | **26.843** |
| Participações em Instituições de Crédito | 29.232 | 44.964 | 15.732 |
| Excesso na concentração de risco | - | - | - |
| Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio | - | 11.111 | 11.111 |
| **Total dos Fundos Próprios Elegíveis** | **2.041.714** | **1.857.552** | **(184.162)** |
| **Total do Activo Ponderado** | **14.213.957** | **14.790.931** | **576.974** |

| Rácios | Dezembro de 2012 | Dezembro de 2013 | Variação |
|---|---|---|---|
| Fundos Proprios de Base | 11,01% | 9,50% | -1,50% |
| Fundos Próprios Complementares | 3,56% | 3,43% | -0,13% |
| Deduções aos Fundos Próprios totais | -0,21% | -0,38% | -0,17% |
| **Rácio de Solvabilidade** | **14,36%** | **12,56%** | **-1,81%** |

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

(a) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;

- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objecto de certificação por Auditor Externo;

- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.

(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;

- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.

- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;

- O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos;

- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respectivo rácio de solvabilidade.